



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

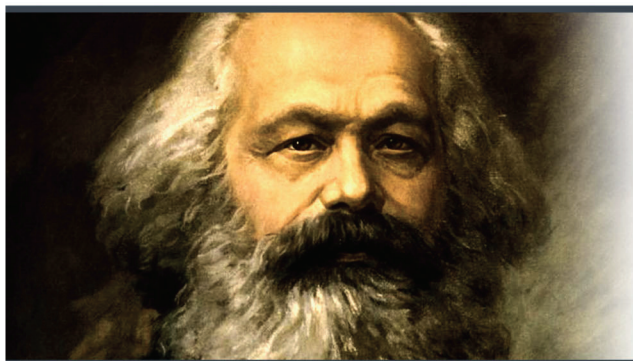
4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 30 - Nº 564 - DE 6 DE MAIO A 20 DE MAIO DE 2018 - R\$ 4,00

Burguesia brasileira se curva diante do imperialismo

Ditadura civil de Temer avança o entreguismo

**Operários, camponeses e juventude
oprimida, levantemos o programa
anti-imperialista e anticapitalista
Organizemos a frente única anti-imperialista**



**Viva os 200 anos do
nascimento de Karl Marx**

**Construir o partido da
revolução proletária**

Reconstruir a IV Internacional

Organizar a luta anti-imperialista

Os Estados Unidos estão em franca guerra comercial. O decreto de Trump sobre o aço e o alumínio assustou até mesmo as potências europeias. Sabe-se que o objetivo principal é o de pressionar a China. Mas a medida atinge países da América Latina, como Brasil e Argentina. O México também não escapará, apesar de ter ficado, momentaneamente, de fora.

O governo brasileiro esperava encontrar uma solução que livrasse o País da medida protecionista. E a China, Argentina, etc. que cuidassem de seus interesses. O adiamento da imposição tarifária para maio deixou os empresários do aço mais confiantes de que Trump estava manobrando. Neste início de mês, anunciou-se que não foi possível demover os Estados Unidos. O Brasil terá de arcar com sua parte.

Chamou a atenção o fato de o governo brasileiro ter ficado à margem e deixado para as associações empresariais chegarem a um termo com o governo americano. Assim, entre uma tarifa de 25% para o aço e 10% para o alumínio e o critério de cota, ficaram com a última alternativa. Segundo informações, as exportações de semiacabados perderão 7,4% e de acabados entre 20% e 60%. Os produtos semiacabados representam 80% do volume exportado.

O “Instituto Aço Brasil” esteve à frente das conversações. Seu presidente-executivo avaliou que poderia ter sido pior. Em outras palavras, o Brasil foi colocado contra a parede: ou tarifa ou cota. Não houve o que negociar. Tratava-se de uma decisão unilateral. Lembremos que o governo Temer chegou a aventar a possibilidade de recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC). É flagrante o desconhecimento dos Estados Unidos das regras internacionais. Mas, como foram eles mesmos que as ditaram no passado, por que deveriam respeitá-las agora diante da crise mundial de superprodução? A maior potência, simplesmente, dita as ordens.

O ministro do Exterior, Aloysio Nunes, do PSDB, que frequentemente denuncia a “ditadura” de Maduro, da Venezuela, abaixa a cabeça diante da ditadura mundial do imperialismo. É sintomático que a ditadura civil de Temer tenha delegado ao Instituto Aço Brasil a tarefa de escolher entre a cruz e a espada. Esconde-se diante de um ataque do impe-

rialismo ao Brasil semicolonial. A medida protecionista da burguesia norte-americana é imposta por cima das fronteiras nacionais do Brasil. No entanto, acabou sendo tratada como uma simples questão comercial.

Recentemente, a União Europeia impôs um embargo de 30% nas exportações brasileiras de frango. O governo brasileiro e a burguesia nacional, porém, se comportaram como carneiros. As multinacionais da indústria automobilística acabam de impor a continuidade de milionários subsídios despendidos pelo Tesouro Nacional, que sangra com o parasitismo da dívida pública.

O insuportável saque do País é um dos motivos históricos de seu atraso econômico e social. O proletariado está diante da tarefa de encarnar a luta anti-imperialista. Somente por meio do programa da revolução proletária é possível recuperar o terreno perdido.

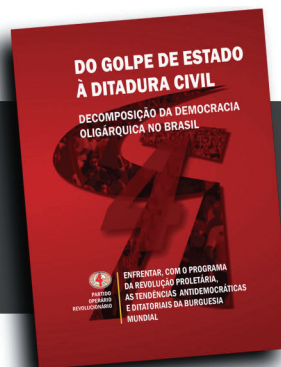
O insuportável saque do País é um dos motivos históricos de seu atraso econômico e social. Levanta-se como uma muralha ao desenvolvimento das forças produtivas. Perante uma situação de declínio da economia nacional, as forças endógenas pró-imperialistas trabalham, sem cessar, em torno da desestatização, das privatizações e da abertura do mercado interno. Ideologicamente, prevalece a propaganda burguesa de que já não existe o imperialismo, que se desfez na-

turalmente com a globalização, com as cadeias mundiais de produção, etc. E que, portanto, já não tem sentido a autodestruição das nações oprimidas.

O avanço do imperialismo implica total submissão das burguesias nacionais e da cegueira da classe média. O processo de restauração capitalista que vem arrastando a Rússia e a China a se submeterem ao imperialismo ocidental tem sido decisivo.

Mais do que nunca, o proletariado está diante da tarefa de encarnar a luta anti-imperialista. Somente por meio do programa da revolução proletária é possível recuperar o terreno perdido. A desintegração mundial do capitalismo é descarregada sobre as economias atrasadas e semicoloniais. O que permite organizar a luta anti-imperialista a partir das necessidades mais elementares dos explorados. Têm particular importância as respostas às reformas antinacionais e antipopulares, às privatizações e à desnacionalização. Mais do que nunca, o programa de reivindicações mais elementar da maioria oprimida se entrelaça com o programa anti-imperialista e anticapitalista do proletariado.

DO GOLPE DE ESTADO À DITADURA CIVIL
—
DECOMPOSIÇÃO DA DEMOCRACIA OLIGÁRQUICA NO BRASIL



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

As massas pagam pela crise capitalista

Já não se tem tanta certeza de que haverá um crescimento de 3% do PIB neste ano. Analistas apostam em 2,5%. Significa que a propaganda governamental de que a alta taxa de desemprego cairá não se sustenta. Temer e seus porta-vozes insistiram que o fim da mais profunda e longa recessão está sendo resolvida graças à nova política econômica e, portanto, ao abandono das diretrizes implantadas pelo petismo, denominadas de “populismo” e às vezes de “estatismo” ou “corporativismo”.

É previsível que, depois de um período de queda, haja uma retomada. Não por acaso, os dois anos do governo Temer coincidem com a reanimação da economia mundial, que, por sua vez, também é medíocre. Aguardava-se uma alta maior na Europa e nos Estados Unidos. O que não se confirmou. Não foi a mudança de política econômica, no Brasil, que pôs fim à recessão. A falsificação e a mistificação dos partidários do golpe de Estado e da instalação da ditadura civil serviram para justificar a derrubada do governo de Dilma Rousseff. Mas a realidade econômica se encarrega de tirá-los do pedestal.

O certo é que a política de brutal ajuste fiscal, de imposição de reformas antipopulares e de proteção ao capital financeiro, em especial, limitou a retomada do crescimento e da recuperação de postos de trabalho destruídos. Caso o País cresça 3%, como inspira o otimismo governamental, mesmo assim, é baixo e dificilmente sustentável. O Banco Central continua com a taxa de 2,6%. A discussão no âmbito das previsões, que mais tem levado a erro do que a acerto, porém, tem interesse quando se procura a sua base material. A avaliação de que cresce a probabilidade de não se atingir sequer 2,5%, talvez 2,3%, ganha adeptos entre os analistas.

O Tesouro Nacional revelou que, em 2017, houve um desinvestimento por parte do poder público. Foram R\$ 36,5 bilhões a menos do que era investido. De maneira que não houve sequer a conservação da infraestrutura pública. Os R\$ 76,9 bilhões despendidos equivalem a mísero 1,17% do PIB. Constatou-se que é um dos índices mais baixos desde 1999 e 2003, anos em que se chegou a aproximadamente 1,5% do PIB. Mais elucidativo ainda é o marco de 4,42% do PIB, em 1970, época da ditadura militar e do chamado “milagre econômico brasileiro”.

Evidencia-se o fato de que o crescimento depende em grande medida da intervenção do Estado na economia. Pode-se dizer que se trata de uma particularidade de países semi-coloniais, que não têm como dela se livrar sem que resulte em grandes prejuízos ao crescimento. A estrutura federativa do Brasil pressupõe uma relação vertical dos estados e municípios com a União. O aperto se torna geral no caso em que se restringe a capacidade do Tesouro Nacional. O resultado é drástico no momento em que se fazem cortes nos gastos e investimentos tão amplamente.

Não há dúvida de que a aplicação de apenas 1,17% do PIB expressa um Estado arruinado. Uma das primeiras medidas aprovadas no governo Temer foi a PEC do Teto. A limitação

nos gastos e, portanto, no endividamento da União, foi concebida segundo cálculos para conter, reduzir e acabar com o déficit público. A imposição orçamentária continha uma meta fundamental: aprovar o projeto de reforma da previdência. Ao seu lado, promover os cortes nos gastos sociais. A burguesia e o governo responsabilizam os assalariados pela limitação na capacidade de investimento. Jogam com os cálculos da previdência, saúde, educação, subsídios sociais e valor do salário mínimo. De maneira que colocam sobre os ombros das massas, que trabalham e produzem toda a riqueza do País, apropriada pelos capitalistas, a responsabilidade pela baixa capacidade de inversão federal, estadual e municipal.

O projeto inicial de Temer para a reforma da previdência consistia numa economia de R\$ 800 bilhões em 10 anos. O capital financeiro censurou o fato de Temer e o Congresso Nacional não o terem aprovado, mesmo depois de uma mudança que previa uma carga menor de economia.

Espera-se que o próximo governo – legitimado pelas eleições, como advoga o PT – venha a cumprir esse objetivo econômico. É líquido e certo que a reforma da previdência será imposta. A não ser que a classe operária se levante contra. É importante estabelecer esse elo político com a crise econômica. Ao descarregá-la sobre os oprimidos, limita-se o crescimento do País. Em outras palavras, para proteger o grande capital, o governo burguês reforça os fatores adversos à expansão econômica. Alimenta a contradição entre a produção e o mercado. É violenta a diretriz de retirar das massas para atender à lucratividade e acumulação de capital.

(...) para proteger o grande capital, o governo burguês reforça os fatores adversos à expansão econômica. Alimenta a contradição entre a produção e o mercado. É violenta a diretriz de retirar das massas para atender à lucratividade e acumulação de capital.

A enorme queda nos investimentos da União, que se manifestou já no governo de Dilma Rousseff, comprova que o governo de Temer não tirou o Brasil do atoleiro. Ao contrário, limitou a reanimação, depois da curva da queda da produção, comércio e serviços atingir um nível histórico. A causa não está, e nunca esteve, em crise alguma, no custo da força de trabalho e no da aposentadoria. Ao contrário, os explorados pagam caro com o desemprego, o subemprego e o salário mínimo de fome.

No mesmo momento em que se apresenta o desmoronamento dos investimentos da União, se verifica a elevação do desemprego à taxa de 13,1%, ou seja, 13,7 milhões de brasileiros procuram trabalho e não acham. O enorme desperdício da força de trabalho atesta um dos principais sintomas do bloqueio às forças produtivas prontas a dar um salto à frente. A implantação da reforma trabalhista vai certamente agravar o quadro com a elevação do subemprego. Está caindo o emprego com carteira assinada. A força de trabalho jovem sofre pesadamente o impacto da contenção da capacidade de crescimento do País. Uma importante parcela é simplesmente mutilada e

descartada para sempre pelo mercado. O número estarrecedor de 10 milhões de pessoas vivendo com R\$ 40 ao mês expressa a enorme subutilização da força de trabalho e a miséria como fator de inércia econômica. Segundo o IBGE, houve uma queda da renda média dos mais pobres em 2017. A conclusão é que a queda de R\$ 49 para R\$ 40 impôs mais miséria aos já miseráveis, calculada pela perda de 18,4% no rendimento médio.

A crescente e sustentável polarização entre riqueza e pobreza é uma férrea trava ao desenvolvimento econômico e social. Neste mesmo ano, a minoria que corresponde a apenas 10% da população concentrava em suas mãos 43,3% da riqueza do Brasil. O que é maior que a renda de 80% do restante da população. O salário mínimo de R\$ 954 está na base da pobreza massiva e no brutal estreitamento da capacidade de consumo de milhões de famílias.

Há uma quase estagnação histórica na economia brasileira, medida na média de cada década, que se verifica desde 1980. Os economistas serviçais da burguesia, quase na sua totalidade, responsabilizam a legislação trabalhista, a previdência, a baixa produtividade do trabalhador, infraestrutura deficiente, economia fechada, estatais arcaicas, carga tributária elevada, etc. Evitam incluir nesse rol, parte dele arbitrária, a montanha da dívida pública e a correspondente carga de juros, amortizações e obrigações que sangram o Tesouro Nacional.

A política econômica da ditadura militar se esgotou, quando já não conseguia sustentar a dívida externa e interna. Coube aos governos da “abertura democrática” transformar a impagável dívida externa em dívida pública, aliviando os capitalistas devedores e impulsionando um novo período de parasitismo financeiro. Segundo critério do FMI, o montante da dívida pública chegou a 84% do PIB, em 2017. Pode atingir 87,3%, em 2018. Boa parte da arrecadação de impostos é destinada, portanto, à garantia de continuidade do parasitismo financeiro.

A reforma da previdência, a contenção do reajuste do salário mínimo e dos salários em geral, os cortes nos gastos sociais, a terceirização dos serviços públicos, as privatizações, etc. não concorrem para romper a camisa de força da estagnação histórica. As mentiras e falsificações dos economistas e analistas, que servem à imprensa monopolista, sobre os motivos do baixo desempenho da economia nacional, da alta taxa de desemprego e subemprego, tecem-se como uma máscara ao proeminente lugar que ocupa a gigantesca dívida pública no caminho das forças produtivas. Os governos, o parlamento, os partidos políticos e os próprios sindicatos operários se curvam diante desse mastodonte.

Na base do golpe de Estado, que derrubou o governo do PT, esteve a necessidade da grande burguesia de proteger seus capitais, garantindo o pagamento, pelo Tesouro Nacional, dos juros e amortizações, que chegaram, em 2017, à casa de R\$ 339,1 bilhões. Com esse peso, faltam recursos para o Estado aplicar na economia e serviços sociais. Não há dúvida de que a dívida pública é um fator decisivo na estagnação do País.

Não se encerra aí, evidentemente, o problema. O controle dos ramos-chaves da produção pelas multinacionais e a alta

concentração monopolista, ditada de fora para dentro, por sua vez, condicionam em grande medida os investimentos privados. O capital externo segue as diretrizes da matriz e, certamente, da metrópole imperialista. De maneira que o desenvolvimento nacional está rigidamente determinado pelos interesses estrangeiros. Há que considerar ainda a alta concentração interna do capital financeiro. Um punhado de bancos impõe condições aberrantes de empréstimos e financiamentos. Tem interesse em explorar as fraquezas do Estado e, conseqüentemente, dos governos que estão voltados, no dia-a-dia, a administrar a gigantesca dívida pública e a garantir os ganhos parasitários.

A burguesia brasileira há muito se revelou incapaz de dirigir a economia nacional. Sobrevive como um apêndice da burguesia imperialista. A defesa de seus interesses acaba sempre, ou quase sempre, se acomodando às pressões do capital financeiro internacional. Nesse momento, os porta-vozes do imperialismo desenvolvem a campanha em torno à implantação das reformas antioperárias e antinacionais. Em nome da produtividade e da maior integração do Brasil ao mercado mundial, apregoam a abertura do mercado interno. Não basta a profunda penetração do capital imperialista na estrutura econômica do País. Exige-se a quebra de qualquer proteção nacional, justamente quando os Estados Unidos desencadeiam a guerra comercial. É reconhecido o processo de desindustrialização, que vem ganhando terreno, mas não se reconhece a sua combinação com o avanço da desnacionalização.

Sem uma ruptura com o imperialismo, as forças produtivas internas tenderão cada vez mais ao baixo crescimento, à estagnação e à recessão. As “reformas” concebidas pelo capital financeiro comprometem ainda mais a vida das massas e travam o desenvolvimento. O nacional-reformismo usa e abusa do palavreado sobre a independência e soberania nacionais. A experiência com o PT, porém, é mais uma prova definitiva de que não é possível destravar as forças produtivas por meio de reformas e distribuição de renda.

O programa de expropriação do grande capital, do controle operário da produção e da economia planificada está posto. A estratégia para sua realização é a da revolução e ditadura proletárias. A tática consiste em unir a maioria nacional oprimida em torno a uma frente única anti-imperialista e ao combate pela transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. A bandeira de não pagamento da dívida pública é importante para desenvolver a luta pelo rompimento dos laços imperialistas, que sacrificam a economia nacional e a existência dos explorados. A defesa do salário mínimo vital, de um único sistema público de previdência, do fim da reforma trabalhista, da redução da jornada de trabalho sem redução de salários e do controle operário da produção é ponto de partida do combate à exploração do trabalho e à miséria das massas. Por essa via, torna-se possível desenvolver no seio dos explorados a estratégia própria de poder do proletariado, que se sintetiza no governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Desmoronamento do prédio ocupado

O capitalismo em decomposição leva a tragédias

No dia 1º de Maio, de madrugada, em São Paulo, desabou o Edifício Wilton Paes de Almeida, após estar completamente em chamas. O morador conhecido como Tatuagem, após resgatar quatro crianças, caiu de uma altura de nove andares, prestes a ser resgatado pelos bombeiros. Há ainda quatro desaparecidos. Poderia ter havido milhares de mortos, se as chamas não obrigassem os moradores a saírem horas antes. Moravam no local 143 famílias, sob direção do Movimento de Luta por Moradia Digna, distinto do MTST. No total, são mais de 70 prédios ocupados no centro da cidade. Cerca de 200 ocupações há pela cidade, com pelo menos 46 mil famílias. Essas famílias estão espalhadas pelas ocupações, vivendo em condições precárias e sem nenhuma segurança quanto a incêndios ou desabamentos.

Os meios de comunicação destacaram as condições inadequadas de instalações elétricas, as autorizações fajutas dos bombeiros para o funcionamento dos edifícios, as decisões judiciais que impediram a retirada forçada dos moradores. São os agentes da burguesia, que colocam a culpa sobre quem está na miséria e não tem nem mesmo um teto para se abrigar. Querer que se tivessem instalações elétricas adequadas, equipamentos anti-incêndio funcionando, ausência de material combustível em grande quantidade, tudo isso é exigir de quem não tem nada que tire da própria boca e de seus filhos para satisfazer essas condições.

Os governantes procuraram se desresponsabilizar da tragédia. O prédio pertencia ao governo federal. Temer esteve no local e foi enxotado pelos moradores. Havia um protocolo entre o governo federal e a prefeitura para a desocupação do prédio e instalação dos moradores em outro local. O ex-prefeito Dória, recém saído do cargo para disputar as eleições, afirmou que o local tinha sido invadido por uma facção criminosa. O bandido burguês acusa as vítimas pelo crime que ele mesmo cometeu.

A direita arrepiada vocifera nas redes sociais contra as ocupações de prédios. Diz: “bem-feito” àqueles que ocuparam a propriedade de outro para sobreviver e por conta disso quase morreram, perderam tudo (o pouquíssimo que tinham). Fazem campanha contra as ocupações de prédios e contra os movimentos de sem-teto. Fazem da tragédia mais um elemento de



Os governantes procuraram se desresponsabilizar da tragédia. O prédio pertencia ao governo federal. Temer esteve no local e foi enxotado pelos moradores. Havia um protocolo entre o governo federal e a prefeitura para a desocupação do prédio e instalação dos moradores em outro local. O ex-prefeito Dória, afirmou que o local tinha sido invadido por uma facção criminosa. O bandido burguês acusa as vítimas pelo crime que ele mesmo cometeu.

acusação política contra Lula e o PT.

Esse conjunto de ataques reacionários contra os sem-teto e suas ocupações servem de base política para uma ofensiva que já se desenvolve contra as ocupações e que deve se aprofundar. Sob o pretexto da “segurança”, prepara-se uma nova onda de despejos contra os moradores. O objetivo real é o de utilizar os prédios e terrenos como meios de fortalecimento da especulação imobiliária e de entrega deles à exploração comercial.

A explosão de ocupações de prédios na cidade, nos últimos anos, é consequência do aumento da miséria, do desemprego e da alta nos aluguéis. Muitos dos ocupan-

tes são empregados assalariados, mas os salários não são suficientes para sustentar uma moradia digna e, ao mesmo tempo, bancar a alimentação da família. Participam quase sempre movidos pelo imediatismo, sem que os movimentos pela moradia tenham vínculo com a classe operária e com a política revolucionária. A ausência de um poderoso partido marxista permite a proliferação de organizações, via-de-regra, vinculadas a interesses eleitorais. O principal método de luta é a ocupação, o que atinge a propriedade privada e provoca choques contra os governos. Seu caráter coletivo impõe a organização do movimento, que muitas vezes se fundamenta na soberania da assembleia de moradores. Ainda que construída sobre uma base econômica precária, existe uma organização, com regras decididas coletivamente, para manter condições mínimas de habitabilidade e convivência nos locais.

O capitalismo tende a concentrar a riqueza de um lado e a miséria de outro lado dos pólos da sociedade. Mesmo em momentos de crescimento econômico, isso acontece. Nos momentos de crise geral, como no que vivemos, essa tendência se aprofunda. No dia seguinte ao do desastre, saiu a notícia de que seis brasileiros controlam metade da renda nacional. Está aí por que 20 milhões vivem com menos de 47 reais por mês no país.

A época em que vivemos é a do capitalismo em fase de decomposição, sua fase imperialista. Isso quer dizer que as crises gerais, que antes puderam levar a momentos de crescimento geral da produção mundial, hoje só levam a destruição e estancamento das forças produtivas mundiais. Se em algum lugar

podem ocorrer saltos econômicos (exemplo: China), isso acontece em detrimento de outras regiões, e sempre submetido ao controle das potências mundiais e suas multinacionais e capital financeiro.

A decomposição do modo de produção leva a guerras, aumento geral da miséria, do desemprego e da exploração do trabalho mundiais, brutais retração na oferta de trabalho e destruição de salários diretos e indiretos (direitos trabalhistas). O número de miseráveis explode em toda parte, inclusive nas nações desenvolvidas e em que há crescimento econômico apesar da crise mundial (acaba de sair um relatório que aponta que na China cresceu a desigualdade social na última década).

As ocupações de prédios são consequência direta do crescimento da miséria. Mas não são a solução do problema da falta de moradia. São apenas um paliativo alternativo à moradia na rua. A solução para os que não têm nem onde morar está na luta geral da classe operária para impor aos capitalistas as condições mínimas de sua sobrevivência como força de trabalho. Unir a reivindicação de moradia digna a todos às de pleno emprego por meio da escala móvel das horas de trabalho (divisão de todo trabalho disponível entre todos os aptos a trabalhar); à de salário mínimo vital, discutido e aprovado nas assembleias gerais de base (que seja suficiente para o sustento da família operária); à de escala móvel de salários (aumento automático dos salários de acordo com a inflação); às reivindicações de defesa geral da vida das massas (abaixo as reformas antinacionais e antipopulares de Temer); às reivindicações de defesa da juventude: escola

pública e gratuita a todos, 4 horas na escola e 4 horas no trabalho, o restante para descanso e lazer; à defesa dos camponeses pobres (fim do latifúndio, entrega das terras aos sem terra); à luta anti-imperialista – não pagamento da dívida pública, estatização sem indenização dos bancos e controle operário, reestatização de todas as empresas privatizadas, sob controle operário. Essas bandeiras permitirão unir todos os movimentos em uma força única para derrubar a burguesia de seu governo e colocar em seu lugar o governo próprio dos explorados, o governo operário e camponês. A partir daí, será possível iniciar a transição ao socialismo, colocando toda grande propriedade nas mãos de quem trabalha e produz. Assim não haverá mais miséria, nem sem teto, nem desempregados, nem moradores de rua. Hoje, a mais ampla unidade dos movimentos de moradia é necessária para barrar a ofensiva capitalista contra as ocupações. É preciso que a classe operária tome em suas mãos a defesa de uma plataforma de reivindicações que inclua a moradia a todos e se projete na luta grevista contra a burguesia e seus governos. É preciso que a classe supere a contenção imposta pelas direções burocráticas, conciliadoras e corporativistas, e se projete na luta revolucionária, construa seu partido e dê passos para a tomada do poder.

A culpa pela tragédia é da burguesia, de seus governos e da miséria que ela impõe!

Nossa resposta é o crescimento da luta, da unidade da classe e do combate aos capitalistas e seus governos!

Impasses na política burguesa

O golpe de Estado e a constituição de uma ditadura civil provisória permitiram ao grande capital colocar na ordem do dia as reformas antinacionais e antipopulares, mas não resolveram a crise política. Não foi possível à frente partidária que promoveu o impeachment de Dilma Rousseff conter a Operação Lava Jato, disciplinar a Polícia Federal, redirecionar o Ministério Público e refluir a intervenção do Supremo Tribunal Federal. O grau de autonomia alcançado por essas instituições é parte e reflexo da crise política, que se arrasta e se agrava desde a desintegração da ditadura militar.

A centralização autoritária que imperou durante vinte e um anos não pôde ser substituída, posteriormente, pelos governos da chamada Nova República. O restabelecimento das eleições em todos os níveis da Federação, do funcionamento do Congresso Nacional e das demais instituições implicou a descentralização. Tanto a centralização ditatorial quanto a descentralização democrática se assentam na estrutura oligárquica do Estado.

A profunda penetração do capital externo e a adaptação da burguesia nacional ao imperialismo canalizaram as mudanças econômicas e sociais, impossibilitando a superação do peso das oligarquias. Está aí por que se revelaram historicamente impossíveis o desenvolvimento da democracia e o encolhimento do regime ditatorial. E, portanto, impossível de se alcançar a estabilidade do regime democrático. A propensão é mais para a centralização autoritária do que para a descentralização democrática. A presença de um poderoso proletariado, de um lado, e de uma vasta classe média, de outro, potencia essa con-

tradição nas entranhas do Estado e da política burguesa.

O breve período em que o PT teve a oportunidade de testar seu “programa” nacional-reformista possibilitou comprovar a tese da inviabilidade da “democratização do Estado”, da sua desoligarquização e da solidificação da democracia parlamentar. A pretensão de governar ao mesmo tempo para os capitalistas e para os explorados se mostrou falsa e acobertou a impostura do tão cantado “governo democrático e popular”, de origem nacionalista e estalinista.

O golpe e depois a prisão de Lula, sem que houvesse uma resistência da classe operária, deixaram absolutamente claras a impotência e a falência do nacional-reformismo. O acatamento de Lula à ordem de prisão, expedida pelo juiz Moro, retratou até que ponto chegou a sua submissão ao legalismo e ao democratismo burguês. Não há como o PT se levantar como influente oposição burguesa, sem que se sujeite ainda mais ao cabresto da burguesia, e, em particular ao dessa ou daquela fração oligárquica. E sem que a burguesia necessite de seus préstimos para bloquear e desviar a revolta das massas.

É nessa situação que a crise política toma a forma da disputa eleitoral. Lula tem seus direitos políticos cassados por meio dos meios e métodos judiciais e policiais. De maneira alguma, para a burguesia, o PT pode voltar ao poder, apoiado nas eleições de outubro. Do contrário, seria transformar a vitória do golpe de 31 de agosto de 2016 em vitória de Pirro.

O PT vai ter de se ajustar às eleições sem contar com seu caudilho. A denúncia de que “eleições sem Lula é fraude” foi manejada para efeito publicitário. Como partido da ordem

burguesa, não tem como prescindir da disputa eleitoral, por mais controlada pela frente partidária golpista e por mais anti-democrática que seja.

Sem a ameaça da candidatura de Lula, dissolveu-se a frente golpista e os partidos passaram a lançar seus candidatos. Instalou-se um impasse na política burguesa. Os três maiores partidos – MDB, PSDB e DEM –, que retomaram o poder pela via do golpe, precisam superar a resistência e a indiferença das massas aos seus apelos eleitorais. Confabulam em constituir uma aliança, sem, contudo, ter um candidato confiável. O risco da vitória da candidatura de Jair Bolsonaro não está no fato de ser direitista, mas sim na possibilidade de aprofundar ainda mais a crise política e impulsionar as tendências ditatoriais golpistas.

A ala esquerdista do espectro eleitoral é representada pelo PSOL. A candidatura do impostor Boulos atraiu o PCB. O PCdoB procura sair da rabeira do PT com a candidatura própria. Para, no segundo turno, voltar a se enfileirar por trás do partido que estiver enfeitado de democrático. Nesse caso, seria bom que fosse o PT. O que ainda é duvidoso. O PSTU, por sua

vez, apenas dará ares de sua presença com um palavreado radical e vazio de sentido revolucionário.

A disputa eleitoral apenas começa. Logo mais, os aparatos partidários e o manejo do Estado pelo MDB entrarão em franca ação e assim os impasses na política burguesa ficarão mais claros. O fundamental dessa situação está em lutar firmemente pela independência política da classe operária e dos demais explorados. Todas as variantes eleitorais apresentadas – da direita à esquerda – expressam ou o compromisso com o golpe de Estado, ou a adaptação às tendências ditatoriais da burguesia.

A vanguarda tem o dever de rechaçar de conjunto a política burguesa, pequeno-burguesa e a via do eleitoralismo. A tarefa consiste em explicar aos explorados o conteúdo de classe dos partidos e das posições eleitorais. Consiste em desmascarar a democracia oligárquica e defender a democracia proletária. Consiste em propagandear e agitar a plataforma de reivindicações da classe operária e dos camponeses pobres. Consiste em popularizar a estratégia própria de poder do proletariado, que é o governo operário e camponês e o programa da revolução social.

O caráter do 1º de Maio no Brasil

O 1º de Maio se realizou sob as seguintes condições: 1) desmobilização da classe operária; 2) predomínio do eleitoralismo; 3) prisão de Lula; 4) continuidade da crise; 5) militarização da política. O mais importante dentre esses aspectos é o da desmobilização do proletariado.

O 1º de Maio do ano passado, ao contrário, ocorreu dois dias após a greve geral de 28 de abril. As massas se chocavam com as reformas antinacionais e antipopulares da ditadura civil de Temer. A classe operária saía do refluxo e despontava como a força social capaz de derrotar a ofensiva dos capitalistas. No entanto, as centrais sindicais retornaram ao divisionismo e fragmentaram o 1º de Maio, reproduzindo as velhas festividades e discursos demagógicos, pró-burgueses. Agora, as centrais convocaram um 1º de Maio unificado, que se realizou em Curitiba, onde Lula está preso. Nos demais lugares, permaneceu a pulverização. Em São Paulo, a CUT, de um lado, e a Força Sindical, de outro, mantiveram o divisionismo. Observa-se, portanto, que a bandeira da unificação, circunscrita a Curitiba, não correspondeu a uma real unificação.

As centrais, com apenas um ato unificado, tão somente apresentaram uma homenagem demagógica ao ex-presidente. O certo é que fracassou o objetivo da CUT de utilizar o 1º de Maio para fazer um movimento nacional pela bandeira “Lula livre”. As demais centrais, por sua vez, se valeram do ato de Curitiba para ocultar sua passividade diante da prisão de Lula. As burocracias seguem diversos partidos e assim se nutrem da política da burguesia. A prisão de Lula também é conveniente para os partidos, como Solidariedade, PDT, PSB e, inclusive, o estalinista PCdoB. Por trás dos quais se enfileiram frações da burocracia sindical.

A manifestação de Curitiba não teve a dimensão que se esperava. Mas o fracasso da campanha do “Lula livre” se deveu à incapacidade da CUT em arrastar as demais centrais para um 1º de Maio unitário em nível nacional. Tudo indica que esse fracasso enterrar a bandeira de “Lula Livre”, ou então a tornará sem força. A direção da CUT exaltou a convocatória do 1º de Maio de Curitiba como o reconhecimento de todas as centrais de que Lula

é um representante popular. Doce ilusão dos petistas e cutistas!

A burocracia como um todo deve ao governo de Lula ter legalizado as várias centrais e distribuído a elas os milhões do imposto sindical. Nos governos petistas, avançaram-se a estatização dos sindicatos e a correspondente política de conciliação de classes. O golpe de Estado, que derrubou o governo de Dilma Rousseff, não foi combatido unitariamente pelas centrais. Ao contrário, o partido Solidariedade, ao qual está vinculado a Força Sindical, fez parte da frente golpista. Apenas a CTB, ligada ao PCdoB, manteve-se ao lado da CUT na frente de resistência parlamentar ao golpe. A prisão de Lula é parte do golpe. A burocracia da CUT e a direção do PT evitaram denunciar e atacar as frações burocráticas das centrais que não se opuseram ao golpe. Isso se explica porque a CUT e o PT não têm como romper o quadro de colaboração de classes. Não se lançaram à mobilização da classe operária.

A gravidade dessa política de acomodação interburocrática se manifestou de corpo inteiro no desmonte do movimento contra as reformas e o governo Temer depois da greve geral de 28 de abril. A Força Sindical procurou o governo golpista por meio do Solidariedade para negociar a reforma trabalhista. E a CUT, por sua vez, se refugiou na limitada campanha da defesa da candidatura de Lula. Era esperado, assim, que a classe operária ficasse alheia e as frações burocráticas antipetistas passivas diante da prisão de Lula. Somente a organização de um movimento que retomasse as reivindicações da classe operária e o método da greve geral poderia levar os explorados e, em particular, a classe operária a reconhecer as tendências antidemocráticas e autoritárias da burguesia que se manifestaram no golpe de Estado. E, nesse sentido, resistir à prisão de Lula.

Uma vez que não houve um movimento contra a prisão e uma vez que Lula se entregou, não havia como improvisá-lo para tirá-lo da cadeia. Está aí por que a unificação do 1º de Maio em Curitiba sob a bandeira de “Lula livre” não passou de uma impostura da burocracia sindical.

1º de maio unificado em Curitiba

Prevaleceu o eleitoralismo e a conciliação de classes

O 1º de Maio, construído em torno da unificação das centrais sindicais, sob a bandeira de “Lula Livre”, foi o retrato bem-acabado da impotência do PT diante da ofensiva ditatorial da burguesia. A manifestação ocorreu na Praça Santos Andrade, no centro de Curitiba, com a participação de caravanas de todo o Brasil. Contou com a presença de muitos jovens, ligados aos movimentos estudantis e secundaristas. E sindicalistas, vinculados à CUT e militantes do PT, PCdoB, UJC e PCO. Embora tivesse a presença de integrantes do MST e de alguns operários, esses não conseguiram converter sua presença física em presença política. Imperou, assim, o clima festivo. A massiva participação da pequena burguesia urbana contribuiu para isso.

A política das burocracias das centrais sindicais e dos pré-candidatos às eleições de outubro fizeram com que o ato não fosse uma manifestação verdadeiramente de luta pela libertação de Lula, de defesa das liberdades democráticas e de combate às reformas antinacionais e antipopulares. Assim, o ato unificado se resumiu a criticar o governo de Temer e a depositar as esperanças nas eleições de Lula, em última instância, na democracia burguesa, a mesma democracia que colocou o ex-presidente na prisão. As centrais sindicais, como se vê, não responderam às brutais condições por que passam as famílias operárias. Limitaram-se ao palavreado sobre a liberdade de Lula e de defesa de sua candidatura. Os pré-candidatos, em seus pronunciamentos, endossaram a mesma política, ressaltando a democracia e a necessidade da resistência até a libertação de Lula.

O presidente da CUT concluiu dizendo que a única maneira de reconquistar os direitos trabalhistas é “garantir a liberdade de Lula para que ele se torne novamente o presidente do Brasil”. Não há nada mais falso! A única maneira de derrotar as reformas antinacionais e antipopulares da burguesia é organizar

o proletariado com os seus métodos próprios de luta. Pela via das eleições, se constituirá um novo governo burguês que continuará a impor drásticas medidas contra os explorados. Pode ser tanto o governo de Lula, quanto outro governo. Portanto, o ato, ao invés de ser um ponto de partida para a retomada da luta nacional unificada, da greve geral, contra as tendências antidemocráticas do governo Temer, contra as reformas trabalhista e previdenciária e contra as privatizações, foi mais um palco para o eleitoralismo e para a conciliação de classes.

Cabe ressaltar a intervenção demagógica do PCO, que, na voz de seu secretário geral, Rui Costa Pimenta, defendeu que as eleições não servirão para tirar a classe operária da miséria. Propôs uma Conferência para discutir uma política e uma prática contra o golpe. Ocorre que o PCO está de acordo com a tese de que a libertação de Lula e sua candidatura é a via para armar a resistência às reformas do governo Temer. Não denunciou a política das burocracias sindicais, que quebrou o movimento da classe operária após a greve geral de 28 de abril, e não criticou o eleitoralismo dos candidatos que usaram o 1º de Maio como tribuna eleitoral. É visível que PCO teve o privilégio de se pronunciar no ato da burocracia e do PT graças ao seu seguidismo. O fato de Rui Pimenta esquerdizar o seu discurso não ocultou sua profunda adaptação ao reformismo petista.

O Partido Operário Revolucionário defende a libertação de Lula e seus direitos políticos. O objetivo é o de se contrapor às tendências antidemocráticas e ditatoriais da burguesia. Defende a constituição de um Tribunal Popular para apurar os crimes de todos os partidos da burguesia, incluindo o PT. Assim, levanta a bandeira de que somente a classe operária pode julgar Lula. Essa posição está expressa no manifesto do 1º de Maio, que também foi distribuído no ato de Curitiba.

1º de Maio na Praça da Sé



Foi correta a decisão da comissão que organiza tradicionalmente o 1º de Maio independente da Sé de não se juntar à imposição do 1º de Maio unificado do PT e consortes. Não houve um sincero empenho de unificar a classe operária, os demais explorados e a juventude em torno de um programa de reivindicações e de enfrentamento às reformas antinacionais e antipopulares da ditadura civil de Temer. Era e foi completamente falso o chamado à unidade em torno da bandeira “Lula Livre”. O posicionamento

do PT, da CUT, da Frente Brasil Popular e demais frações burocráticas que dirigem as centrais não era o de organizar a luta operária contra as tendências ditatoriais da burguesia. Não por acaso, o 1º de Maio convocado pela CUT na Praça da República repetiu os discursos eleitoreiros.

Na Praça da Sé, porém, o ato não cumpriu o objetivo de se distinguir do eleitoralismo. Os discursos radicais de esquerda mal ocultaram a demagogia eleitoral do PSOL. É fato que sofreu o boicote da parte do PSTU e da maioria da CSP-Conlutas. A Intersindical se dividiu entre a Sé e a República. É vergonhoso que, mais uma vez, é diminuída a importância do pronunciamento dos partidos que se reivindicam do 1º de Maio independente e classista. Sob a máscara da representação dos chamados movimentos sociais, agrupamentos de mulheres, sindicatos e correntes sindicais, se usa 99% do tempo para os discursos que são do próprio PSOL, acrescido do PCB.

O inflamado discurso de que “não há mais lugar para a política de conciliação de classes” ocultou o sentido eleitoral canalizado para o PSOL, que contou com a adesão do PCB. O fato de não levantar abertamente o pedido à candidatura de Guilherme Boulos, objetivou apresentar o 1º de Maio da Sé como distinto do eleitoral-

lismo petista. Em vários momentos, oradores se referiram à necessidade de uma alternativa de esquerda. O que queria dizer unir-se em torno da candidatura do PSOL. Não há nada mais sorrateiro e condenável que ocultar a real política e os reais objetivos.

Nos minutos finais, dedicados aos três partidos, POR, PCB e PSOL, somente o POR teve uma pequena fração de tempo para seu pronunciamento. Ressaltou o pronunciamento final do representante do PSOL, que já havia se pronunciado anteriormente em nome de um dos movimentos, pelo fato de aí sim rasgar o verbo em favor da candidatura de Boulos sem precisar citar seu nome. Elogiou o PCB por ter aderido à candidatura do PSOL. De maneira que os organizadores planejaram as intervenções para, no final, coroar o chamado eleitoral mais diretamente. Em especial, o 1º de Maio na Sé serviu para o MAIS anunciar sua unificação com o NOS. Comportou-se como mais uma das correntes do PSOL. O 1º de Maio da Sé, também, serviu de tribuna para um representante da minoria da Conlutas denunciar o sectarismo da maioria, sem contudo dizer

claramente que se tratava da política do PSTU. O jogo de claro e escuro é típico dos conflitos no campo dos centristas.

O esvaziamento do 1º de Maio da Sé refletiu as dissensões no campo da esquerda reformista, centrista e revisionista. O POR realizou no dia 29 de abril um ato político, aproveitando o lançamento do livro “Do golpe de Estado à ditadura civil”, e o 1º de Maio. Manteve sua tradicional posição de defesa do 1º de Maio na Sé, uma vez que ali estão marcadas historicamente as mais importantes manifestações políticas da classe operária. E porque se tem conservado a independência diante do governismo e do reformismo petista. A sua militância distribuiu o Manifesto do partido e do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. O seu orador levantou a bandeira de combate à ditadura civil de Temer e as reformas antinacionais e antipopulares e as tendências ditatoriais da burguesia. Denunciou o eleitoralismo e o caráter antidemocrático das eleições presidenciais de outubro. Concluiu com o chamado ao internacionalismo proletário e ao socialismo.

Publicamos abaixo uma avaliação que nos enviou um camarada do POR-Argentina, que esteve de passagem no Brasil e participou do 1º de Maio da Sé, em São Paulo

Notas de um 1º de Maio no Brasil

Pela manhã, na Praça da Sé, em São Paulo – poucas horas depois do incêndio que derrubou o edifício, símbolo da crise habitacional nesse País, que mostrou de corpo inteiro a barbárie e a podridão capitalista –, iniciou-se o ato do “1º de Maio Unidade na Ação”. (...) Com a Igreja da Sé no fundo e a Pastoral Operária propiciando uma “missa dos trabalhadores”, depois da qual ocorreria o ato, o evento foi tomando a forma que corresponde à concepção e o valor do 1º de Maio, como jornada de luta contra-posta ao 1º de Maio festivo.

Diversos panfletos, jornais, folhetos e cartazes precederam o momento das intervenções, alternadas com algumas atividades culturais (teatro e música). Um primeiro aspecto a destacar foi a utilização de representantes sindicais, de movimentos sociais, etc., na utilização da tribuna – improvisada em um caminhão – por duas, três, quatro ou mais oportunidades pelo PSOL e PCB. Chegou-se, inclusive, a bizarra cena de uma mesma pessoa falar por duas vezes, como se fosse representação distinta. No entanto, nem por isso, conseguiram expor com maior clareza o que fazer no momento atual e as tarefas que daí se desprendem. Ao contrário, evidenciaram mais nitidamente o objetivo de sua política. Não é preciso escavar fundo para notar o rumo de seus discursos. A política da classe operária neles esteve ausente. Não se levantaram suas bandeiras, seus métodos e sua estratégia. Adornado com uma rústica fraseologia socialista, as intervenções giraram em torno à ideia de resolver o ataque às condições de vida das massas (reforma da previdência, trabalhista, etc.) por meio de eleições. Não importa o quanto se grite, nem quanto ímpeto se demonstre nas intervenções: nada disso substitui a política comunista, de alguns que se diziam seus herdeiros.

Diametralmente oposta foi a intervenção do POR. A militância mostrou, desde muito cedo, sua disciplina, seu claro conteúdo revolucionário, seu rigor e disposição de dar a conhecer sua política àqueles que iam chegando à Praça da Sé. A banca do partido, preenchida de materiais (livros, folhetos, panfletos), evidenciou que as posições do POR não são idealizações de laboratório, mas, ao contrário, resultaram de um estudo sistemático, e constatação

da própria realidade, em uma séria tentativa de orientar a militância em sua intervenção cotidiana. O camarada encarregado de expor a linha partidária, desde a tribuna, assinalou a necessidade de fortalecer a ação direta, sob a direção política da classe operária, como única garantia da vitória, retomando o caminho incipiente iniciado na greve geral de abril de 2017.

Ao mesmo tempo, o partido alertou, nas palavras do camarada (assim como nos materiais divulgados) o perigo de confiar no parlamento ou encerrar a luta nos estreitos limites eleitorais. Por último, como questão fundamental, frisou a necessidade de ter um horizonte claro: a luta por cumprir as tarefas históricas da classe operária da revolução e ditadura proletárias.

A escassa participação no 1º de Maio é um fiel reflexo da situação política atual pela qual o Brasil atravessa. Evidencia o papel criminoso levado a cabo pelo PT e pelas direções sindicais burocráticas, que, desde o primeiro momento, defenderam não sair dos marcos da institucionalidade burguesa. Os oprimidos continuam pagando muito caro pelas ilusões no nacionalismo burguês na América Latina, onde o Brasil não é exceção.

O POR brasileiro demonstrou estar empenhado em combater e responder o ataque lançado pelo governo de Temer, fiel laço dos interesses do imperialismo. Em seu caminho mostra empenho em desmascarar o papel conciliador do PT; o papel capitulador e liquidacionista dos pretensos autodenominados marxistas; e também a seriedade em esclarecer o papel jogado pelas instituições burguesas em seu afã de ocultar o domínio da burguesia, isto é, a ditadura do capital. Por reconhecer a enorme tarefa que tem pela frente, o POR empreende com mais determinação e coragem o seu dever. Não está desarmado. O POR conta com seu programa (um verdadeiro chamado à ação), sua tradição e seu método de análise da realidade.

Viva o 1º de Maio operário, revolucionário, socialista e internacionalista!

Viva o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional!

1º de maio em Recife

Na praça do Derby, segundo os organizadores, concentraram-se cerca de três mil pessoas. A maior presença foi das entidades e correntes que estão em torno da política do nacional-reformismo: CUT, PT, MST, PCR (UP), Esquerda da Igreja Católica, PCdoB, CTB, UJS, Levante e Consulta Popular. O eixo do ato era o eleitoralismo em torno de Lula. A manifestação não foi precedida de plenárias de preparação e construção de um ato unitário. Somente na tarde da sexta-feira, a CUT fez a divulgação, por meio das bandeiras de “Lula livre” e da luta contra a reforma da previdência e pela revogação da reforma trabalhista. Não houve atos da Força Sindical.

Notou-se a ausência da classe operária. Algumas direções estavam presentes, como a dos metroviários, construção civil (Marreta), metalúrgicos e petroleiros. Os mesmos dirigentes que, no dia seguinte, fizeram uma assembleia em Abreu e Lima pelo Sindipetro-PE/PB, aprovaram o indicativo de greve contra a privatização, um manifesto em defesa da soberania, pela democracia e contra a prisão política de Lula e a volta da contribuição sindical travestida de desconto assistencial de 1% líquido em folha.

No carro de som, as falas competiam entre quem era mais eleitoreiro. No chão, o povo entoava o coro de “Lula Guerreiro”. Jaime Amorim, do MST, puxou o coro de “bom dia, Lula”. Mas poucos o seguiram.

Notou-se o abandono das esquerdas no 1º de Maio. PCB e PSOL não fizeram nenhuma convocatória, apenas militantes dispersos estavam presentes. O PCO não compareceu. O PSTU e a CSP-Conlutas não foram às ruas, em desacordo com o “Lula livre”. Nem mesmo as frentes Brasil Popular e Povo sem Medo fizeram convocatórias. Apenas um bloco da Ocupação Marielle, do centro de Recife, estava presente.

O POR interveio por meio da banca de materiais, com a propaganda em torno dos folhetos, Jornal Massas e livros, incluindo o mais recente: “Do golpe à ditadura civil”. Distribuiu o manifesto do CERQUI pela reconstrução do partido mundial da revolução socialista e o manifesto do POR-Brasil, denunciando um ano de traição das burocracias sindicais após a greve geral de 28 de abril de 2017. Usou o carro de som para expressar a posição de defesa da luta contra a militarização da política e contra as reformas antinacionais e antipopulares, exigiu a liberdade de Lula como parte do combate às tendências ditatoriais da burguesia, propagandeou a estratégia própria de poder do proletariado e a necessidade de retomar os comitês e a greve geral, criminalmente desmontados desde o 1º de maio do ano passado. Depois marchou com nossa bandeira e, ao lado do bloco da ocupação Marielle, entoou palavras de ordem contra as reformas, em defesa da ação direta e da greve geral.

1º de Maio no RN

Dispersão, divisionismo e ausência da classe operária

Em Natal, o ato do dia Internacional do Trabalhador foi antecipado para 30 de abril, o que já vem sendo feito há vários anos, desconhecendo a tradição da data. Os burocratas justificam que trabalhadores precisam do feriado, do descanso e, por isso, não vêm ao 1º de Maio. A pergunta que se deve fazer é por que os explorados não veem o 1º de Maio como dia de luta. Tomam a data como feriado porque não estão combatendo por suas reivindicações e não se apoiam em organizações coletivas independentes da política burguesa. Os explorados, assim, se deparam com direções sindicais divorciadas da defesa de seus interesses de classe.

Diferentemente do ano passado, em que houve a greve geral em 28 de abril e que em Natal se realizou um dos maiores atos, este ano só temos a descrever o divisionismo entre as centrais sindicais. A CUT, CTB e Intersindical fizeram o ato em uma praça, contando apenas com a militância dos partidos (PT, PSOL, POR, PCR, PCdoB) e uma representação bem dispersa do MLB (Movimento Luta nos Bairros), contabilizando em torno de 300 pessoas. Com a presença dos parlamentares do PT, o ato foi conduzido por um norte único, que era reclamar da justiça burguesa, denunciar os parlamentares locais que foram a favor do golpe e pedir para que não fossem reeleitos, além de descrever o momento em que, nos governos do PT, “os trabalhadores eram fe-

liz e a juventude tinha emprego”. A denúncia do governo Temer e a implementação das medidas foram desvinculadas da luta pela libertação de Lula. O caminho apresentado se resumiu às eleições.

O POR interveio chamando os trabalhadores a lutar contra o desemprego, a defender a sobrevivência do proletariado, o que significa se chocar com a burguesia, ávida em cortar empregos, reduzir salários e eliminar direitos básicos, como saúde e educação. Concluímos nosso pronunciamento afirmando que defender o direito democrático não passa pelas vias das instituições burguesas, mas pelo uso da ação direta dos trabalhadores como greves, ocupações e piquetes. Por isso, a defesa da libertação de Lula depende da unidade de todos os oprimidos na luta pelas suas reivindicações.

O ato organizado pela CSP-Conlutas contou com uma participação ainda menor, em torno de 70 ativistas. Os discursos foram desde a necessidade de uma “rebelião”, não confiar nas eleições, combater o machismo e, por último, a prisão de todos os corruptos e corruptores. O POR defendeu a unidade dos movimentos para derrubar as reformas da ditadura civil de Temer e pôr abaixo a prisão de Lula, esclarecendo que a prisão é a continuidade do golpe e que, portanto, é necessário unir as reivindicações imediatas das massas com o direito às liberdades democráticas.

Viva o 1º de Maio proletário, revolucionário, socialista e internacionalista

O 1º de Maio do ano passado foi antecedido pela greve geral de 28 de abril. Os explorados se mostravam furiosos e dispostos à luta contra a ditadura civil de Temer e as reformas trabalhista e previdenciária, bem como contra a Lei da Terceirização. Destacou o fato da classe operária fabril se colocar pela greve nacional. A reivindicação de “Abaixo as reformas antinacionais e antipopulares do governo golpista” impulsionou a luta coletiva, grevista, o método da ação direta e a organização independente. No entanto, o 1º de Maio, realizado dois dias depois da greve geral, não expressou a unidade dos explorados contra o governo usurpador, o Congresso Nacional golpista e o plano Meirelles de ataque à maioria oprimida.

As condições para um 1º de Maio unificado, classista e de combate estavam dadas. As burocracias sindicais, porém, recorreram ao velho divisionismo. Em seguida, as maiores centrais passaram a dismantlar o movimento das massas. A Força Sindical, de um lado, correu a negociar com o governo a reforma trabalhista. A CUT, de outro, voltou-se às pressões parlamentares e à preparação para as eleições presidenciais em torno da candidatura de Lula. A desmobilização da classe operária e demais explorados permitiu a Temer e ao Congresso Nacional imporem a violenta reforma trabalhista e a Lei da Terceirização. Naquele momento, o Partido Operário Revolucionário levantou a bandeira de 1º de Maio unificado contra a ditadura civil de Temer e suas reformas.

Agora, a classe operária se encontra desmobilizada e golpeada pela implantação da reforma trabalhista e da terceirização. Suporta o brutal peso do desemprego e subemprego. A miséria e a pobreza avançam sem parar. Milhões de jovens estão fora da produção e da escola. A precarização do sistema público de saúde se agravou, chegando à barbárie. Essas condições potenciaram a violência urbana, que empurra principalmente a juventude ao precipício.

Não se pode, portanto, fechar os olhos para o fato das direções sindicais burocratizadas e estatizadas terem bloqueado e desviado o ascenso nacional grevista. Ao sobrepor a política de conciliação de classes à revolta dos explorados, permitiu-se a sobrevivência do governo golpista e a imposição das reformas antioperárias. Temos de ser claros: o desmonte a greve geral de abril e o 1º de Maio divisionista foram uma traição às necessidades e aos interesses da classe operária.

As mesmas forças que dividiram o 1º de Maio do ano passado, agora, ressaltam a unidade para libertar Lula da prisão. Não há um pinga de verdade quando dizem que se unificam em defesa dos direitos dos trabalhadores. Não há um pinga de verdade quando vinculam a libertação de Lula com as necessidades e as reivindicações da classe operária. Não há um pinga de verdade que, por meio de eleições e da candidatura de Lula, se está defendendo o fim das reformas antinacionais e antipopulares do governo Temer. E não há um pinga de verdade que sob os governos do PT os direitos dos trabalhadores foram plenamente assegurados e ampliados.

Está colocada, sem dúvida, a luta pela libertação de Lula e a garantia de seus direitos políticos. Trata-se da luta no campo da democracia política. A mesma que travamos contra o golpe de Estado e a ditadura civil de Temer. A mesma que confluiu com a resistência das massas às reformas antinacionais e antipopulares. Somente o proletariado, empunhando as reivindicações do con-

junto dos explorados e combatendo, sob sua estratégia própria de poder, pode enfrentar a ofensiva antidemocrática e autoritária da burguesia nacional e do imperialismo. A prisão de Lula foi consequência dessa ofensiva, que o PT e aliados não foram capazes de derrotar, mesmo estando na direção do Estado. E não serão capazes, agora, de erguer um poderoso movimento, uma vez que mantêm a política de colaboração de classes, de subserviência à democracia burguesa e de canalização da revolta dos oprimidos para as promessas eleitorais.

O desmonte da greve geral do ano passado permitiu que setores da burguesia retomassem a arregimentação das camadas mais reacionárias da classe média. Sob a bandeira de fim da corrupção e pela prisão de Lula, serviram e servem de sustentação da ditadura civil de Temer e de sua política antinacional e antipopular. Boa parte da classe operária, por sua vez, foi arrastada pela campanha reacionária de que, finalmente, triunfavam as forças morais. Enquanto isso, avançava a implantação da reforma trabalhista e da terceirização. Enquanto isso, o desemprego e o subemprego continuavam a sacrificar a vida de milhões de famílias. Sem a resistência nacional dos explorados, a direita burguesa se fortaleceu e chegou ao objetivo de eliminar os direitos políticos de Lula, sem que houvesse uma revolta dos explorados.

Este 1º de Maio, certamente, ficará marcado pela bandeira de libertação de Lula. Mas também pela ausência do proletariado em luta contra a implantação das reformas de Temer, contra o desemprego, o subemprego, a fome e miséria. Ficarão marcados pela ausência do proletariado em luta contra a ofensiva do imperialismo, as privatizações, o entreguismo e a desnacionalização.

Este 1º de Maio ficará marcado pela intervenção militar no Rio de Janeiro e pelo assassinato de Marielle e Anderson. Ficarão marcados pela onda de assassinatos de lideranças camponesas, indígenas e sindicais. Ficarão marcados pela intensificação da opressão policial e militar nas favelas do Rio de Janeiro e nos bairros operários dos grandes centros urbanos.

Os trabalhadores, a juventude e a vanguarda militante presentes no 1º de Maio devem levantar as bandeiras e as reivindicações que nos separam da burguesia, de sua política e de seus partidos. O que quer dizer rechaçar o eleitoralismo e a transformação da campanha pela libertação de Lula em instrumento eleitoral, que serve tão somente à dominação burguesa. O que significa rejeitar a política de colaboração de classes do PT, de aliados e da burocracia sindical. O que significa se colocar sob a bandeira de constituição de um Tribunal Popular para julgar os crimes da burguesia contra os explorados e o País. Somente o proletariado, de fato, com sua política de classe e com seus métodos revolucionários, pode julgar Lula.

A corrupção é inerente ao funcionamento do Estado, à vasta burocracia parasitária, ao vínculo necessário de todos os partidos da ordem com o poder econômico e ao financiamento empresarial de toda política burguesa. Era inevitável que o PT e seus governos, em particular o governo de Lula, reproduzissem a velha prática do poder oligárquico. Trata-se de uma lei da política, que é a expressão da economia concentrada. A classe operária e demais oprimidos rechaçam a corrupção, uma vez que é consequência da sociedade de classes e serve aos capitalistas. Não é possível moralizar a

política burguesa e muito menos erradicar a corrupção nos marcos do capitalismo. A defesa de libertação de Lula e a garantia de seus direitos políticos têm um único objetivo para a política revolucionária: combater as tendências antidemocráticas e autoritárias que se potenciaram desde o golpe de Estado.

Este 1º de Maio, também, ocorre nas condições de agravamento da crise mundial. A superprodução e o agigantamento do parasitismo financeiro, que estiveram na base da crise aberta em 2008, não foram resolvidos. Não há mais como o imperialismo ocultar a guerra comercial sob a máscara dos acordos multilaterais e dos blocos econômicos. Os Estados Unidos estão obrigados a impor suas diretrizes à força. O recente bombardeio na Síria é um sintoma do recrudescimento da opressão nacional em toda parte. A guerra comercial traz em suas entranhas a escalada militar. No Brasil, as forças direitistas se manifestaram na forma do golpe de Estado, da militarização da política e dos violentos planos de ajuste e de desnacionalização. Em toda a América Latina, o nacional-reformismo se despedaça, ao mesmo tempo em que se levantam as tendências burguesas francamente pró-imperialistas.

A desintegração econômica e social do capitalismo potencia a barbárie. Em sua base, estão os milhões de desempregados e subempregados. As medidas capitalistas utilizadas pelos governos para enfrentarem o estreitamento dos mercados, o gigantesco excedente de capital financeiro e a tendência na queda da taxa de lucro atingem frontalmente a vida das massas e impulsionam a barbárie social.

O fundamental é que os explorados vêm respondendo aos ataques capitalistas com luta, em toda parte. No Brasil, o enfrentamento às medidas do governo Temer só não foi mais amplo e profundo devido à política conciliadora da burocracia sindical. O mesmo se passa em outros países, a exemplo da Argentina, Bolívia, França, etc.

A crise de direção é um reflexo da ausência dos partidos re-

volucionários ou de seu caráter embrionário. O que tem impossibilitado à classe operária entroncar sua revolta com o programa da revolução proletária. O que tem impossibilitado reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. A experiência com o nacional-reformismo – a exemplo do PT no Brasil – indica a profundidade da crise de direção. Essa variante do reformismo e do nacionalismo burguês se ergue como uma trava à independência de classe do proletariado e à construção de seu partido. É dever da vanguarda revolucionária levantar a bandeira de construção do partido marxista-leninista-trotskista e de reconstrução da IV Internacional.

Lutamos por um 1º de Maio proletário, revolucionário, socialista e internacionalista. O 1º de Maio foi uma criação da classe operária em luta contra seus algozes. Tornou-se o dia internacional dos explorados por decisão da II Internacional, quando ainda era revolucionária. A burguesia e seus agentes no movimento operário atuam sistematicamente para esvaziar seu caráter internacional e de luta de classes. Ao contrário, levantamos a bandeira do internacionalismo proletário e da unidade revolucionária dos oprimidos contra a burguesia e o capitalismo apodrecido. Levantamos a bandeira da revolução proletária, da expropriação dos capitalistas e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista. E chamamos a vanguarda que combate pela independência de classe dos explorados a pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista.

Que o 1º de Maio sirva de instrumento de unificação dos explorados, sob a direção da classe operária!

Que o 1º de Maio rechace o eleitoralismo, que desvia o curso da luta direta das massas!

Que o 1º de Maio retome o caminho da greve geral contra a ditadura civil de Temer e as reformas antinacional e antipopular!

Ceará

Greve dos professores municipais de Fortaleza completa 16 dias

Os professores da rede municipal iniciaram a greve no dia 18 de abril, reivindicando que a Prefeitura pague o piso salarial de 6,81%, mantenha os aditivos dos professores (suplementações de carga horária já incorporadas) e pague, também, as pecúrias relativas à venda de licenças prêmio dos professores.

O prefeito Roberto Cláudio (PDT), ligado à oligarquia dos Ferreira Gomes, concedeu apenas 2,95% de reajuste em março, e pretende pagar o complemento de 3,86% apenas em dezembro, sem efeitos retroativos. No ano passado, a categoria teve reajuste zero, quando deveria ter tido reajuste de 7,45% (segundo o rebaixado piso salarial nacional) e a inflação oficial em Fortaleza ultrapassou os 8%. As perdas salariais desses últimos dois anos foram fundamentais para a explosão da greve.

A reação da Prefeitura à greve foi recorrer à liminar na justiça, pedindo a ilegalidade do movimento, no que foi prontamente atendida pelo TJCE. A desembargadora Lisete Gadelha, indicada pelos Ferreira Gomes ao TJCE, deferiu, já no 3º dia de greve (20/04), o pedido do prefeito; impôs multa diária de 10 dias e proibição de movimentos a 500 metros das escolas. O efeito da liminar foi contrário ao previsto. Serviu para ampliar a adesão à greve. A realização de assembleias massivas foi a

resposta da categoria, que tem forçado a Prefeitura a recuar. Roberto Cláudio, que dizia não negociar com categoria em greve, teve de fazer nova proposta, ainda que rebaixada, através dos vereadores, e enviar à categoria.

A direção do Sindiute (Articulação Sindical-PT) fez pose, inicialmente, de enfrentamento à ilegalidade da greve apenas para ceder, na semana seguinte, diante do acionamento da polícia por parte da Prefeitura/TJ para fazer cumprir a decisão judicial. Suspendeu covardemente as reuniões zonais da tarde de 26/04 e desmobilizou as comissões de visita às escolas.

As tarefas colocadas para a categoria são justamente o contrário disso: resistir, rechaçar a ilegalidade, mobilizar as escolas e manter a resistência. A greve tem despertado uma nova camada de ativistas, que começa a compreender o caráter nefasto da atual direção colaboracionista, que apoiou a eleição de Ivo Gomes, em Sobral.

A Corrente Proletária na Educação/POR trabalha para que a oposição sindical seja reconstruída e fortalecida pelos novos lutadores do magistério. Esse é o caminho para a penetração das ideias revolucionárias e a derrota da burocracia sindical, que tem sabotado as lutas.

Rondônia

Burocracia do Sintero quebrou as greves estadual e municipal

A deflagração da greve dos estaduais tinha como principal reivindicação “o cumprimento da Meta 17 pelo governo”. Durou 45 dias e contou com uma massiva adesão dos trabalhadores em educação, que realizaram diversas ações radicalizadas para exigir o atendimento da reivindicação.

Essa meta, que no governo Dilma/PT foi chamada de Meta 17 do Plano Nacional da Educação, não vem sendo cumprida, apesar das promessas eleitorais de governos de todos os matizes ideológicos da direita à esquerda. Esteve presente no Plano Decenal de Educação para Todos, nos anos 90, e, como se vê, não saiu do papel. Mesmo assim, foi o mote da combatividade. Os trabalhadores, ao ocuparem a Secretaria da Educação, gritavam incessantemente “Meta 17!... Meta 17!... Meta 17!...”.

A burocracia sindical, quando percebeu que estava perdendo o controle sobre uma parcela de grevistas mais combativos, começou a fazer as manobras para pôr fim à greve. Com o velho discurso de que “temos responsabilidade e jamais atuáremos para prejudicar a categoria”, assinou o acordo antes de submetê-lo à assembleia.

O tal acordo resultou em uma ação que a burocracia chamou de trancamento da pauta na Assembleia Legislativa para pressionar os deputados a se comprometerem em dispor R\$ 20 milhões do orçamento da Assembleia para não onerar a folha de pagamento da educação. Segundo os burocratas, com essa proposta, os professores em início de carreira teriam a reposição de 6,81%, com reflexo em todas as gratificações e nas progressões, o que aumentaria o salário em 2% a cada dois anos trabalhados. Para os técnicos educacionais, a proposta prevê uma reposição de aproximadamente 16%, também com reflexo em todas as gratificações, beneficiando os aposentados e os readaptados. E, com isso, decidiram pela suspensão da greve.

Depois da manobra, o acordo foi encaminhado para as regionais. A parcela de grevistas combativa rejeitou o acordo. Revoltada com a burocracia, iniciou uma campanha despolitizada de desfiliação do sindicato, principalmente entre os municipais do interior do estado.

Na assembleia de encerramento da greve, totalmente esvaziada, a burocracia elogiou o acordo e colocou em votação. Dos 150 presentes, apenas metade votou a favor da suspensão da greve. As regionais do sindicato seguiram a decisão dessa assembleia de Porto Velho. A assembleia serviu, também, como tribuna para os candidatos às eleições de outubro.

O governador aproveitou a situação para divulgar a seguinte declaração: *“Hoje fizemos o acordo com o Sintero..., depois de quarenta e cinco dias de greve. A paralisação estava passando dos limites, um desgaste para todo mundo, e eu posso dizer, até sofrimento. Depois de muita negociação e muito trabalho, nós resolvemos “cortar no osso” do Governo para conceder uma adequação da proposta que o SINTERO fez, e também com a contribuição prevista dos poderes, dentre eles, ressalto a Assembleia Legislativa ... Assim sendo, a gente resgata o ritmo*

das aulas, a gente resgata o piso salarial..., e eu creio que eles ficaram satisfeitos. Muito obrigado a todos aqueles que contribuíram para que esse acordo fosse feito”.

No caso dos trabalhadores do município, a manobra foi pior. Desde o início, os burocratas não queriam a greve. Fizeram assembleias para dizer que somente 25% dos municipais estavam paralisados, enquanto a própria imprensa dizia que eram 50%. Após 44 dias de greve, conseguiram quebrar o movimento. Para justificar a suspensão da greve, aterrorizaram os grevistas com a avaliação de que o movimento era fraco e que o desconto seria de todo o mês de março. Os trabalhadores da educação, assim, votaram pelo encerramento da greve, mediante a proposta do prefeito de “negociar” com o sindicato no mês de maio. Quando retornaram às escolas, as faltas tinham sido apontadas. Da mesma forma que os grevistas estaduais, uma parcela despolitizada descarregou o ódio à burocracia por meio da desfiliação ao sindicato.

A Corrente Proletária da Educação (CPE) interveio na greve por meio de boletins, dos comandos de greve, nas assembleias e nas ações diretas de enfrentamento aos governantes. Defendeu, desde o início, a verdadeira unificação entre a greve dos estaduais

A tarefa é lutar para livrar o sindicato das mãos da burocracia. O sindicato é um instrumento criado pelos trabalhadores para a luta contra os patrões e governantes. Daí a importância da tarefa de construir direções classistas, que se opõem à política da burocracia, que é a da conciliação de classes.

com os municipais. Só para se ter uma ideia, até os bloqueios da BR 364, a burocracia só convocava os servidores estaduais para as ações. A Corrente Proletária, também, mostrou a importância de ganhar o apoio dos explorados por meio de manifestações de rua conjuntas.

É fundamental destacar a enorme disposição de luta dos grevistas. A riqueza de atividades da greve, entre elas, os vários bloqueios de BR, as inúmeras ocupações em Porto Velho e no interior do Estado. Esse, sim, é o método de luta dos trabalhadores. Essa é a principal lição que extraímos desses 45 dias de greve.

Sem dúvida, a tarefa não é a desfiliação do sindicato. Ao contrário, é a luta para livrar o sindicato das mãos da burocracia. O sindicato é um instrumento criado pelos trabalhadores para a luta contra os patrões e governantes. Daí a importância da tarefa de construir direções classistas, que se opõem à política da burocracia, que é a da conciliação de classes. A greve faz despontar uma vanguarda. Está aí o ponto de partida para erguer uma oposição combativa. A Corrente Proletária trabalha nesse sentido.

A crise econômica golpeia os trabalhadores da educação e os governantes estarão sempre prontos para congelar os salários e eliminar antigas conquistas. Está aí por que dizemos que a luta continua. Desde já, devemos preparar os próximos combates, que certamente serão necessários para defender os empregos, os salários e os direitos.

Viva a greve dos estudantes e trabalhadores da UnB!

O corte nos investimentos na educação em 30% e o contingenciamento de verbas para as universidades, realizados pelo governo federal, começaram a gerar suas consequências. Em março, a reitoria da UnB declarou que o orçamento só daria para manter a instituição até o final de maio, por existir um déficit de 92 milhões de reais. Em resposta à declaração da reitoria, o novo Ministro da Educação, Rossieli Soares, disse que UnB teve orçamento aumentado e que tem verba suficiente para manutenção da instituição, além de pedir “eficácia” no gasto dos recursos.

Diante disso, no início de abril, estudantes e trabalhadores da UnB realizaram uma manifestação em frente ao MEC contra os cortes de verbas e a PEC do Teto, exigindo mais recursos para a universidade. Foram fortemente reprimidos pela PM. Em seguida, parte dos estudantes se dirigiu ao prédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o ocuparam por algumas horas e exigiram ser recebidos pelo MEC, mas até agora isso não ocorreu.

Como medidas para “enfrentar” a crise, a reitoria anunciou que demitirá terceirizados e cerca de 1,1 mil estagiários (estudantes que chegam a trabalhar na UnB por até 6 horas para ganhar apenas 520,00), além do aumento do preço da refeição do RU, de 1,00 para 6,50 (estudantes) e 13,00 (funcionários). Diante disso, um setor combativo dos estudantes, que se organizaram por meio do movimento “Ocupa UnB”, ocupou a reitoria. Esta não recuou em nenhuma medida.

No dia 24/04, os funcionários efetivos e terceirizados, em assembleia do SINTFUB, deflagraram greve por tempo indeterminado. No dia 26/04, estudantes e trabalhadores realizaram novo ato na Esplanada dos Ministérios, que foi duramente reprimido; e no mesmo dia, estudantes realizaram um piquete nos corredores de aula da UnB.

A ditadura civil de Temer se tem mostrado totalmente intransigente com o movimento. O MEC chegou a faltar a uma audiência no dia 19/04, onde seria discutido o orçamento da UnB. O governo apenas aceita se reunir com um grupo restrito de estudantes a portas fechadas, e segue negando as reivindicações.

Rio Grande do Norte

Na UFRN não é diferente

Assim como nas demais universidades que vêm sofrendo constantes cortes de verbas e as reitorias implementando medidas massacrantes de austeridade, na UFRN não tem sido diferente. Em 2015, a reitoria aumentou o preço do RU de R\$ 3,00 para R\$ 7,00, além de ter instalado catracas gigantes, que ocasionaram filas quilométricas. No ano passado, a reitoria ameaçou cortar bolsas de apoio técnico e demitiu vários terceirizados, incluindo copeiras, jardineiros e pedreiros. Os terceirizados da limpeza já haviam sofrido um corte significativo nos anos anteriores, e se encontram altamente sobrecarregados. O resultado dessas medidas é o sucateamento da universidade e a expulsão de uma parte dos estudantes, que não conseguem permanecer no ensino superior.

A burocracia universitária (reitoria), mais uma vez, demonstra que é uma correia de transmissão da política do governo federal na universidade. Não só se coloca por implementar as medidas de cortes contra os estudantes e trabalhadores, como também ameaça reprimir o movimento, por meio de processos administrativos “por possíveis danos ao patrimônio” e, recentemente, por meio de pedido na justiça de reintegração de posse do prédio ocupado. A luta dos estudantes e trabalhadores da UnB já mostra que a unidade dos que estudam e trabalham, sob o método da ação direta (greves, atos, ocupações), é o que pode fazer frente às investidas da ditadura civil de Temer.

O dia 02 de maio abriu uma nova etapa da luta, em que os estudantes da UnB, em assembleia, deliberaram pela greve estudantil, juntando-se à greve dos funcionários. O objetivo da greve tem de ser o de paralisar totalmente a UnB até que a reitoria garanta que não haverá nenhuma demissão, nem aumento do preço do RU.

Diante dos cortes de gastos, defender o total financiamento público da universidade pelo Estado, para que se garanta inclusive um RU gratuito a todos. Diante das demissões dos estagiários, por nenhum corte de bolsas, e que os estagiários e demais estudantes recebam um salário de acordo com suas necessidades (valor decidido em assembleia). Em relação aos terceirizados, defesa da imediata efetivação no quadro de funcionários da UnB, ao mesmo tempo em que ponha fim à presença dessas empresas privadas na universidade.

A luta dos estudantes e trabalhadores contra o governo federal e em defesa da UnB se choca, inevitavelmente, com essa burocracia universitária e vai demonstrando cada vez mais a necessidade de que a comunidade universitária assuma o controle coletivo da UnB por meio de uma assembleia geral universitária dos três setores (estudantes, funcionários e professores), com voto universal, e constituição de um governo tripartite, como órgão de poder em substituição ao reitorado. Trata-se de transformar a universidade em uma trincheira de luta dos explorados contra a política de ajuste fiscal e das reformas antinacionais e antipopulares do governo federal.

Tudo isso só mostra, primeiro, a necessidade de varrer com essa burocracia universitária. Uma casta privilegiada, alheia aos interesses da maioria e que tem no reitorado o seu órgão de governo. Significa submeter a universidade ao controle coletivo dos que estudam e trabalham, por meio de um governo tripartite (de estudantes, professores e funcionários), com mandatos revogáveis e tendo como instância máxima de decisão a Assembleia Geral Universitária. Por ser algo que está acontecendo em todas as universidades, isso coloca também a necessidade de os estudantes, professores e funcionários, desde suas entidades (UNE, FASUBRA e ANDES), organizarem a luta nacional em defesa do total financiamento público, como parte da luta contra a política de ajuste fiscal da ditadura civil de Temer.

Direção da UNE é alheia aos problemas dos estudantes

No dia 19/04, foi realizado um CEB no DCE da UFRN, que tinha como pauta a organização de um evento cultural (CUCA) e, posteriormente, contaria com um espaço para “dialogar” com duas representantes da direção da UNE, que estariam presentes. A CPE aproveitou o momento para questionar as representantes sobre o que a direção da UNE estava fazendo para organizar uma luta nacional contra os cortes nas universidades, tendo como base a luta dos estudantes da UnB, e também contra o Programa Residência Pedagógica.

Minutos antes de realizarmos o questionamento, uma das dirigentes da UNE simplesmente se ausentou do CEB. A outra dirigente respondeu às questões por meio de generalidades, como a de que o conflito da UnB e a Residência Pedagógica eram dois problemas concretos, mas que estavam inseridos num “contexto político” de cortes na educação, vendas do pré-sal, etc., e que a direção da UNE ainda não conseguiu organizar um “processo massivo de mobilização”, mas, que era necessário “apontar para isso”. Concluiu colocando a necessidade de realizar “ações de fortalecimento das entidades”, dentre elas a “UNE Volante”, que é uma caravana que passará por 10 estados, fazendo debates sobre o tal “contexto político” e realizando eventos festivos. Até que essa caravana passe pelos 10 estados, a luta estudantil na UnB poderá ter se encerrado e a Residência Pedagógica estar efetivada. As posturas das duas dirigentes expressam o desprezo da direção da UNE pelas questões concretas do movimento estudantil. Isso mostra por que o movimento dos estudantes da UnB permanece isolado, enquanto se trata de um problema geral, uma vez que está havendo o corte de verbas em todas as universidades. Mostra também por que um ataque, talvez o mais profundo aos cursos de licenciatura, ainda permanece de um modo geral praticamente desconhecido no movimento estudantil. A direção da UNE, tomada pelo PT (e seus braços, como o Levante P. J.) e o PCdoB, subordina essa entidade histórica dos estudantes aos objetivos eleitorais. As caravanas, os debates sobre “contexto político”, descolados das questões concretas e a realização de eventos festivos, não servem para organizar a luta estudantil, mas apenas para que essas correntes reformistas e estalinistas possam se perpetuar no controle do aparato e para projetar seus partidos eleitoralmente.

Diante da total inação da direção da UNE, não há o que esperar dela. Faz-se necessário que os estudantes, tomando como exemplo a luta dos discentes da UnB, se mobilizem, desde as bases (CAs, DAs, DCE) para se contraporem aos ataques (contra o corte no PIBID e o Programa da Residência pedagógica) e em defesa das reivindicações, como total financiamento da educação pelo Estado, permanência estudantil (creches, RU gratuito, residências), dentre outras, por meio de assembleias, manifestações, greves, etc. É a partir dessa mobilização que se poderá varrer essa burocracia estudantil do PT/PCdoB e forjar uma direção revolucionária para a UNE, e assim retomar essa entidade como instrumento de luta nacional dos estudantes. É nesse sentido que a CPE se constitui como uma fração revolucionária no seio do movimento estudantil.

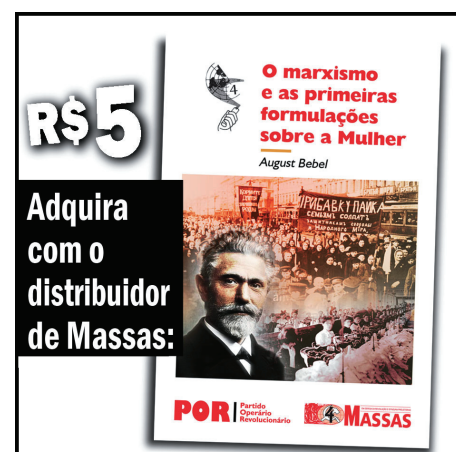
Por que o voto crítico?

Durante a distribuição da nota em que chamamos os estudantes de letras a votarem criticamente na Chapa Poiesis para o CALET, observamos que alguns deles apresentaram dúvidas sobre o que seria, de fato, o voto crítico. Além desse questionamento, os discentes nos interpelaram, também, sobre o porquê de a Corrente Proletária Estudantil (CPE) não ter erguido uma chapa de oposição à Poiesis.

Esclarecemos que o voto crítico não é uma opção que aparece na cédula de votação. Na verdade, o voto crítico materializa-se na consciência dos estudantes em acatarem aquelas propostas cujo conteúdo merece os seus votos, mas com a ressalva de que as demais propostas (ou a ausência delas) tendem a ser prejudiciais aos discentes e, por isso, devem ser criticadas. Trata-se de jogar na balança o peso específico de cada proposta, perante a qual os estudantes avaliarão se é pertinente ter como direção a chapa, que se propõe a representar todo o corpo estudantil do curso de letras. No caso específico da Poiesis, a CPE avaliou que a proposta de reativar o CALET, depois de mais de um ano desativado, abre a possibilidade para que os estudantes possam se organizar em torno das assembleias deliberativas e, dessa maneira, as reivindicações mais prementes dos discentes seriam motivo de discussão e de luta. Porém, como a referida chapa não dispunha, em suas propostas, das reivindicações mais sentidas dos estudantes, fomos obrigados a chamar o voto crítico.

Outro questionamento dos estudantes foi o porquê de a CPE não ter erguido uma chapa de oposição à Poiesis. A CPE caracteriza-se por ter um programa político revolucionário na educação, cujo conteúdo requer uma organização de tal modo que seria preciso, inicialmente, consolidar a CPE como fração revolucionária no curso de Letras por meio de um trabalho de base sistemático para, a partir disto, ter condições de formar uma chapa com estudantes que construam conosco, por meio de plenárias abertas e democráticas, um programa político de organização independente e de luta pelas reivindicações estudantis. Tais condições, porém, ainda não estão colocadas e, por isso, não tivemos como erguer uma chapa opositora à Poiesis. Não obstante, isso não quer dizer que não possamos participar do processo eleitoral do CALET. Ao contrário, achamos necessário o trabalho de base com os estudantes de letras para integrá-los conosco, não só ao processo eleitoral, mas, também, em todas as formas democráticas de organização estudantil, o que inclui o voto crítico, a participação em assembleias, reuniões, plenárias etc.

Voto crítico não é uma opção que aparece na cédula de votação. O voto crítico materializa-se na consciência dos estudantes em acatarem aquelas propostas cujo conteúdo merece os seus votos, mas com a ressalva de que as demais propostas (ou a ausência delas) tendem a ser prejudiciais aos discentes e, por isso, devem ser criticadas.



R\$5

O marxismo e as primeiras formulações sobre a Mulher

August Bebel

Adquira com o distribuidor de Massas:

POR | Partido Operário Revolucionário | 4 MASSAS

Rio Grande do Norte

Residência Pedagógica: brutal ataque aos cursos de licenciatura para ajustá-los à reforma do ensino médio e BNCC

Recentemente, estudantes de licenciatura sofreram um ataque nas bolsas do PIBID pelo governo de ditadura civil de Temer. A CAPES não prorrogou o edital do programa, deixando muitos estudantes à própria sorte. Um novo edital foi lançado para funcionar em agosto, porém, restringindo-se apenas aos estudantes dos primeiros períodos das licenciaturas. A essência dessa investida está em que, a reboque do novo edital do PIBID, encontra-se materializado um ataque ainda mais grave à educação pública: o programa Residência Pedagógica. Tal programa surge para impor a “reformulação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura” como modelo “experimental” aos estudantes do quinto período em diante.

Tal investida expõe a centralização burocrática cada vez mais requerida para atender às exigências da ditadura civil e m promover as reformas contra os explorados.

Uma das exigências do projeto é que as IES se comprometam em “reconhecer a residência pedagógica” como estágio supervisionado, além de obrigar que os subprojetos atendam aos requisitos da BNCC, caso contrário, a IES será “desclassificada”. Em outras palavras, o governo obriga as universidades a reformular os cursos de formação de professores, sob a chantagem de não liberar a verba orçamentária. Trata-se de impor a penetração dos efeitos da reforma do ensino médio nas licenciaturas, pois, induz a modificação de currículos de acordo com a BNCC. Pressupõe um “projeto” que envolveria várias licenciaturas (subprojetos), como forma de se adaptar

à compressão das ciências em “ênfases”, abrindo a possibilidade para o enxugamento dos cursos de licenciatura e a consequente preparação de professores adaptados à reforma do ensino médio.

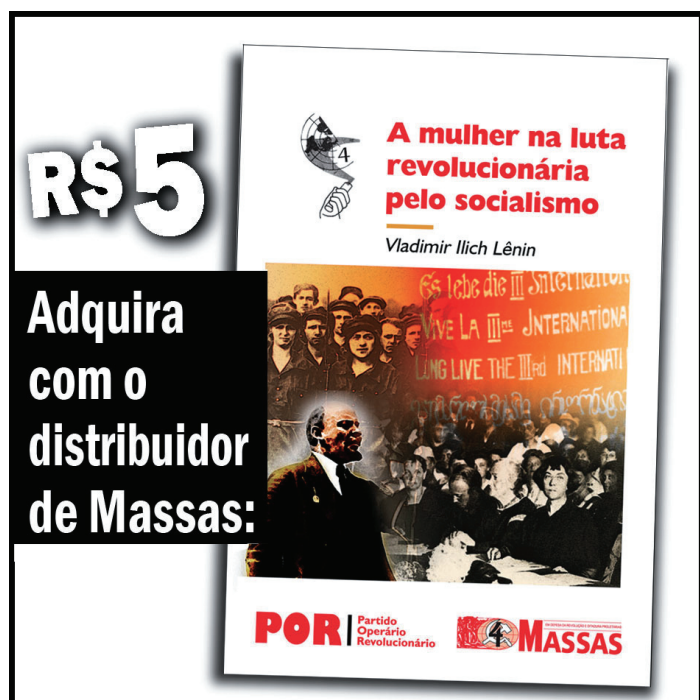
Além disso, o projeto, que pode durar 18 meses, possibilita o fracionamento de apenas 24 bolsas em forma de rodízio entre os 30 estudantes de um mesmo subprojeto, isto é, permite a atuação sem bolsa. No final das contas, todos os bolsistas perceberão uma perda de 1.600 a 2.000 reais em suas bolsas. Outra forma é a possibilidade de atuação integral sem remuneração de parte dos estudantes. Tal ataque estimula o voluntarismo, cuja implantação já é realidade nas universidades,

por conta dos cortes de bolsas, a exemplo das recentes divulgações de bolsas voluntárias no curso de letras da UFRN e nos demais cursos de graduação.

A prostração da burocracia universitária diante da imposição do governo se confirmará, uma vez que serve como correia de transmissão do Estado burguês e se submeterá às ingerências das secretarias de educação, abrindo espaço para outro efeito grave da residência pedagógica: o tal “protagonismo das redes de ensino”, que, na prática, é a interferência dos governos estaduais e municipais na formação de professores. Desse modo, o pouco que resta da autonomia universitária será comprometido. Tal investida expõe a centralização burocrática cada vez mais requerida para atender às exigências da ditadura civil em promover as reformas contra os explorados. Para isso, o Governo Federal precisa assentar-se nas cúpulas burocráticas das secretarias da rede básica, bem como na burocracia universitária, que são instâncias à margem da maioria explorada.

A burguesia nacional e a imperialista se empenharam para impor as reformas trabalhistas, a lei de terceirização, a reforma previdenciária (por ora adiada), bem como a reforma do ensino médio, cujo objetivo é o rebaixamento da mão-de-obra assalariada e, consequentemente, das condições de vida dos explorados. É nessas condições que o governo quer impor a Residência Pedagógica nos cursos de licenciatura, para concretizar a reforma do ensino médio.

O primeiro passo é lutar contra os ataques. Os estudantes devem rejeitar a Residência Pedagógica, como parte da luta contra a reforma do ensino médio. Para isso, é preciso organizar assembleias para deliberar a luta pelo não reconhecimento da Residência Pedagógica pela UFRN, bem como exigir a manutenção integral das bolsas do PIBID. Responder ao ataque por meio do método da ação direta (greves, piquetes, atos, manifestações etc.). Nada de Residência Pedagógica! Não ao corte das bolsas do PIBID! Pelo acesso a todos ao conhecimento científico! Não à reforma do ensino do ensino médio a BNCC!



Lançamento do livro: “Do golpe de Estado à ditadura civil”

No dia 29 de abril, foi lançado, em São Paulo, o sétimo livro do POR. Analisa o processo que vai do golpe contra Dilma Rousseff (PT) até a prisão de Lula, em 2018. Forma uma trilogia com os livros “Ascensão e Queda do PT” e “As esquerdas no Brasil”. Traz os escritos do calor da luta e indicam como o programa do partido vai sendo aplicado na situação política concreta no Brasil.

O lançamento contou com três exposições: 1) o golpe; 2) as reformas do governo Temer e as lutas das massas; 3) a caracterização da ditadura civil. Na abertura, destacou-se como o livro é fruto da elaboração coletiva e da tarefa de derrotar ideologicamente a burguesia. Condição indispensável para a revolução. Construir o partido-programa é parte da tarefa de levantar o proletariado como classe consciente.

O Golpe

A primeira expositora mostrou que o livro tem três partes. A primeira traz as elaborações do início de 2016 até a prisão de Lula por meio de artigos do jornal Massas. A segunda, as resoluções dos Congressos mais recentes do partido e a terceira, os documentos aprovados nas Conferências regionais.

Foi traçada a trajetória de ascensão do PT ao poder do Estado, como se foi adaptando à política burguesa. A expositora mostrou o passo a passo do golpe, desde a negativa dos resultados das eleições por parte do PSDB em 2014, passando pela campanha de responsabilização do PT pela crise e a unidade burguesa que se formou para derrubar Dilma. Por trás da movimentação, operou o capital financeiro, que arquitetou a derrubada diante da incapacidade do petismo avançar o ajuste fiscal com a profundidade exigida pela crise de superprodução aberta em 2008 e que impactou mais intensamente o Brasil a partir de 2014.

A burguesia decidiu não esperar 2018 e realizar golpe de Estado. Iniciado em 2/12/2015 por Eduardo Cunha. Em 2016, a crise se agrava, o desemprego chega a quase 14 milhões. Enquanto isso, os dirigentes sindicais não respondiam às demissões em massa. Assinavam com os patrões a flexibilização capitalista do trabalho. O ódio da classe média ao PT, desde 2013, foi sendo alimentado pelas denúncias de corrupção. Sobre esse terreno, a conspiração golpista avançou até o afastamento de Dilma, em 17 de abril, e a conclusão do impeachment, em 31 de agosto. Em todo o processo, o PT permaneceu disciplinado diante do circo do parlamento oligárquico. As esquerdas se prenderam à campanha institucional do PT com a bandeira de “Fora Temer e eleições”. O POR propagandeou que somente a classe operária poderia quebrar a espinha dorsal do golpe. Para isso, deveria partir das reivindicações, métodos e estratégia própria (governo operário e camponês).

A primeira exposição concluiu mostrando as tendências internacionais reacionárias da burguesia e seus reflexos na América Latina e, em particular, no Brasil.

As reformas

O segundo expositor partiu da relação entre as reformas e a crise econômica mundial. Mostrou que, no segundo governo de Dilma, já se tinham esgotado as condições econômicas de sus-

tentação da política de conciliação de classes do PT. O fracasso do ajuste fiscal do plano Levy selou definitivamente o futuro do governo petista.

Quanto às reformas antinacionais e antipopulares, a PEC 241/55, aprovada no fim de 2016, que congelou as despesas primárias por 20 anos, foi o sinal de que Temer seguiria fielmente os ditames do capital financeiro. Um ataque brutal ao funcionalismo e à população em geral. No início de 2017, a reforma do Ensino Médio foi aprovada. A lei da terceirização, finalmente, foi concluída. Em julho, foi a vez da destruição da CLT, com a reforma trabalhista. A reforma mais importante, a da previdência, foi adiada. No entanto, vem sendo aplicada por meio de alterações parciais por governadores e prefeitos.

A tendência das massas a se lançarem à luta para responder aos ataques foi sendo sentida desde a manifestação de 15/09/16, crescendo no ano seguinte no massivo Dia Internacional da Mulher e no 15/03, culminando com a greve geral de 28 de abril. A greve geral abalou o governo, porém, logo em seguida, foi desmontada pelas burocracias sindicais. O POR trabalhou para que se criassem as condições organizativas e políticas para a greve geral por tempo indeterminado.

Nossas respostas foram, desde o início do movimento: impulsionar as tendências de luta, atuar como fator consciente para transformar instinto em ação consciente. Lutar pela unidade na ação. Que os sindicatos convocassem assembleias e que se formassem os comitês de luta. Sempre ligando as reivindicações mais sentidas com estratégia própria de poder: o governo operário e camponês.

A ditadura civil

O terceiro expositor partiu do empenho da burguesia para mostrar que impeachment era parte da democracia. Assim, Temer era governo democrático. O PT, por seu lado, o acusava ser um governo de exceção. Finalmente, o caracterizou como governo ilegítimo. Colocou-se pela convocação de eleições para restabelecer a legitimidade. O PSOL, e mesmo o PSTU, aderiram à tipificação de governo ilegítimo. O POR caracterizou o governo golpista como uma ditadura civil.

O expositor concluiu demonstrando que a caracterização correta de governo leva à tática de luta correta e vice-versa. Permite acompanhar a evolução do governo e suas tendências. O que é necessário para propagandear e agitar as reivindicações dos explorados, vinculando-as à estratégia revolucionária.

Após as exposições, abriu-se a discussão ao plenário. Vários participantes se inscreveram e acentuaram a importância de determinados aspectos da crise, que levou ao golpe de Estado e à instauração da ditadura civil. Em particular, discutiu-se a crise de direção, que se evidenciou nas condições concretas da luta de classes.

O ato político de lançamento do livro concluiu com a leitura do manifesto do 1º de Maio. Colocando-se de pé e de punhos cerrados, os presentes deram um VIVA à construção do partido revolucionário do proletariado e ao 1º de Maio operário, socialista e internacionalista.

Nesta edição:

- Paraguai: O proletariado tem de se colocar pela construção do partido revolucionário
- 200 anos de Marx: Breve esboço biográfico
- História do Partido Bolchevique: A Conferência de Abril

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

**Bolívia**

Findou o discurso estatista, abrem-se as portas ao capital estrangeiro O longo braço do capital financeiro, agora, na exploração do lítio

A Bolívia possui a maior reserva de Lítio do mundo, em Salar de Uyuni. Possui também grandes reservas minerais; não se sabe ao certo a quantidade de gás e petróleo; as reservas em exploração estão em franco processo de esgotamento e as multinacionais “sócias”, que na teoria do governo deixaram de ser nossos patrões, não mostram o menor interesse em uma prospecção séria para o descobrimento de novos reservatórios. Isso, apesar dos esforços do governo entreguista de patrocinar todo tipo de incentivo para atrair investimentos estrangeiros na exploração, abrindo, inclusive, áreas protegidas para o ingresso das multinacionais.

Mas, para a nossa desgraça, a Bolívia possui também a mais incapaz das burguesias do mundo. Sua origem na feudal-burguesia a marcou para sempre como uma burguesia parasitária, que existe e vive à sombra da exploração imperialista de nossas riquezas naturais. Trata-se de uma burguesia inútil e entreguista.

Viveram muito satisfeitos do trabalho gratuito dos indígenas nas *haciendas*, que herdaram de seus pais: os conquistadores espanhóis. Isso enquanto, no mundo, o capitalismo se convertia em força imperialista. O capital financeiro penetrava nas economias de todo o mundo, com o objetivo de exploração para benefício das grandes corporações, assentadas nos países desenvolvidos. A Bolívia se tornou atrativa ao capital financeiro para a exploração de minerais, hoje em dia também de gás, e amanhã de Lítio. Assim, fomos incorporados à economia capitalista mundial como produtores de matérias-primas, controladas pelas multinacionais, sob a forma de uma economia de caráter combinado, na qual subsistem as formas de produção pré-capitalistas no resto da economia, que não seja a de exploração de matéria-prima para o mercado mundial. O resultado: um país atrasado e submetido à opressão do imperialismo.

As tentativas nacionalistas fracassaram, porque está ausente uma burguesia poderosa capaz de enfrentar o imperialismo e desenvolver-se com soberania.

O MAS desenvolve uma política burguesa. Cada dia, mos-

tra-se mais e mais submisso aos interesses miseráveis da burguesia nacional (salários de fome, aumentos salariais ridículos, prepotência e abuso patronal sem limites, etc.) e aos interesses do imperialismo. É um governo que já não pode esconder por trás de palavras ocas, com tinturas populares e anti-imperialistas, o seu verdadeiro caráter abertamente pró-burguês, pró-imperialista e ditatorialmente antioperário e antipopular.

Com um investimento previsto de 1.328 milhões de dólares, a estatal Yacimientos de Lítio Bolivianos (YLB) assinou uma concessão de exploração do lítio de Salar de Uyuni com o consórcio alemão ACI Systems, para a construção de quatro plantas de lítio de escala industrial. Uma planta de Hidróxido de Lítio, outra de Materiais Catódicos, uma terceira de Baterias de Lítio e a última de Hidróxido de Magnésio, que estariam prontas dentro de três anos, a partir do início das obras da primeira fábrica, segundo as autoridades do governo.

As autoridades afirmam que, entre os requisitos a serem cumpridos pela alemã, se encontra a sua grande experiência na área, o que garantirá mercados para as baterias de lítio. Também afirmam os alemães aceitarem o Estado boliviano como sócio majoritário.

É o mesmo conto da YPFB, corporação na qual o governo aparece como acionista majoritário, mas que, na realidade, são as sócias multinacionais que controlam a produção, decidem as políticas da empresa e levam boa parte dos lucros.

A opressão imperialista e o saque de nossos recursos naturais continuarão, até que os oprimidos, sob a política revolucionária da classe operária, expulsem a burguesia entreguista do poder e o imperialismo do País.

A tarefa pendente de tirar o País de seu atraso e submissão ao poder imperial passa a ser uma tarefa que cumprirá o governo operário e camponês e de todos os oprimidos e explorados, sob uma economia socialista (propriedade social, já não privada, de todos os meios de produção).

(Extraído do Jornal Masas, nº 2537,
do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Publicamos o artigo abaixo do Jornal Massas do POR da Bolívia, em que faz uma crítica à posição do POR-Brasil quanto à defesa da libertação de Lula e de seus direitos políticos. Diz no último parágrafo: “A luta contra o governo reacionário de Temer não deve passar por reivindicar o PT e Lula em defesa de seus ‘direitos políticos’, mas em aprofundar a luta independente dos explorados e oprimidos contra as reformas antinacionais e antipopulares de Temer, à margem das eleições”.

A crítica não procede. Em nenhuma de nossas formulações, reivindicamos o PT e Lula. Desde o momento em que o judiciário, a polícia e a direita burguesa tomaram a iniciativa de liquidar o PT pela via antidemocrática e ditatorial, denunciemos o objetivo reacionário e estabelecemos o caminho da luta de classes para enfrentar tal ofensiva. Isso se passou desde o processo do “mensalão”. Condenamos a arbitrariedade do processo da Lava Jato, que teve por alvo seletivo o PT. Insurgimos contra a condenação de Lula e, finalmente, contra sua prisão. Em todo esse transcurso, em nenhuma circunstância, o POR deixou de denunciar a profunda adaptação do PT ao Estado burguês e por ter exercido a ditadura de classe da burguesia em nome de um governo democrático e popular. Em consonância com a caracterização de que a corrupção é inerente ao Estado burguês, a qualquer governo que o dirija e aos partidos da ordem, propagandeamos e agitamos a bandeira do Tribunal Popular. Certamente, há vários outros aspectos que não temos como aqui desenvolver. Parecem-nos suficientes essas considerações para esclarecer o erro da crítica de nossos camaradas do POR da Bolívia.

“Lula na prisão”

“Os reformistas, que pretendem construir o socialismo dentro dos marcos burgueses e se aliando com o inimigo de classe, acabam fatalmente mergulhados no lodo da corrupção burguesa.

“O encarceramento de Lula é parte do golpe de Estado que derrubou o governo petista. A Operação Lava Jato foi uma peça chave para a sua consecução. Preencheu a crise política com o conteúdo da moralidade. Foi fundo na caça aos dirigentes do PT, cujo alvo principal era Lula.

A suscetível classe média despontou como base social do impeachment e da execração do PT. A imprensa monopolista inventou a fábula de que o governo do PT tornou a corrupção de pontual em sistêmica”. (Massas, Brasil, nº 562, abril 2018). Hipócrita posição, uma vez que a Operação Lava Jato mostrou a corrupção em grande escala de todo espectro político do Brasil (PMDB, PSDB, DEM, PT, etc.) e em todas as esferas do Estado, prefeitos, parlamentares, governadores, juízes, etc. juízes, etc.

“O governo do PT serviu à burguesia e, em certa medida, ao imperialismo. Seu limitado reformismo não atingiu frontalmente os seus interesses. Nas condições de crescimento econômico, pôde praticar a política de colaboração de classes... A colaboração de classes canaliza a revolta dos explorados e a submete à democracia burguesa, expressão política da ditadura de classe da burguesia. O petismo e o lulismo cumpriram essa função diante do esfacelamento da aliança burguesa que sustentou o governo de Fernando Henrique Cardoso. Na realidade, o colaboracionismo de classe serviu e serve de freio à luta do proletariado e do conjunto dos explorados contra a opressão capitalista.”

“O seu esgotamento acaba dando lugar à volta das tendências autoritárias da burguesia oligárquica. É o que o país vive com a derrubada do governo do PT”.

“A burguesia não podia esperar pelo término do mandato de Dilma e pela volta de Lula como candidato. Era preciso que o PMDB, PSDB e DEM recuperassem a condução da política econômica e lançassem um plano radical de

proteção ao capital financeiro, envolvido no parasitismo da dívida pública em grande escala” (Teses do XIV Congresso do POR – Brasil). Medidas duras contra os explorados que o governo de Dilma aplicava, mas sem a contundência que a oligarquia brasileira e o imperialismo exigiam.

“O golpe de Estado parlamentar resultou em uma mudança na governabilidade. Fortaleceu as tendências ditatoriais da burguesia. A decisão do STF se deu sob a forte pressão da burguesia e da pequena burguesia conservadora. Foi sintomático o tom ameaçador de alguns generais, exigindo punição. Há uma progressiva militarização da política. É parte da derrubada do governo Dilma Rousseff a condição de o PT não voltar ao poder por meio das eleições de outubro. (...) A cassação dos direitos políticos de Lula concretiza essa estratégia”. (Massas 562).

O proletariado deve assimilar a experiência do fracasso dos movimentos reformistas que, em nome da libertação dos explorados, chegam ao poder para acabar servindo aos interesses gerais da classe dominante, mergulhando na corrupção e abrindo caminho às correntes mais reacionárias da burguesia e do imperialismo. A corrupção é imperdoável e inaceitável para quem se reivindique revolucionário. Os trabalhadores devem condenar com maior severidade àqueles que traíram suas ilusões.

A luta contra o governo reacionário de Temer não deve passar por reivindicar o PT e Lula em defesa de seus “direitos políticos”, mas em aprofundar a luta independente dos explorados e oprimidos contra as reformas antinacionais e antipopulares de Temer, à margem das eleições. A democracia burguesa não nos leva ao socialismo. A revolução social, sim, dirigida politicamente pela classe operária organizada em seu próprio partido político, o POR, e a instauração de um governo operário e camponês, de todos os explorados e oprimidos, expulsando do poder a burguesia e o imperialismo. Essa é a condição de garantia da vitória”.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2534, órgão do Partido Operário da Bolívia)

Paraguai: realizadas as eleições gerais

O proletariado tem de se colocar pela construção do partido revolucionário

Em 22 de abril, realizaram-se as eleições gerais no Paraguai. Dos 4,26 milhões de habilitados a votar, 60% foram às urnas. Os votos nulos e brancos contabilizaram 5,15% (133.873 votos). Mario Abdo Benítez, da Associação Nacional Republicana-ANC (“Colorados”), foi eleito presidente com 46,44% (1,2 milhão); enquanto que Efraín Alegre, da Aliança Nacional Renovada-ANR (“Liberais”), obteve 42,7% (1,1 milhão).

Confirmou-se a polarização eleitoral entre os dois grandes partidos da burguesia, que reuniram juntos 89% dos votos. Nenhum dos outros dez candidatos ultrapassou 5%. Apenas o Partido Verde Paraguaio superou 1% (3,2% dos votos). Os nove restantes ficaram abaixo de 0,6%.

O abstencionismo se avolumou entre as massas oprimidas. Refletiu a desilusão com o governo nacional-reformista de Fernando Lugo, que, nas eleições, foi aliado dos que conspiraram contra ele e desfecharam o golpe de Estado. E demonstrou sua rejeição instintiva contra a democracia burguesa como uma via para resolver suas necessidades. De fato, não importava às massas quem ganharia, uma vez que se manteriam as condições sócio-econômicas que afundam 30% da população na extrema pobreza (a metade é de crianças), que expulsam milhares de camponeses de suas terras, que impõem brutais retrocessos territoriais a mais de 100 mil índios, etc. Em outros termos: as eleições poriam no governo um presidente que manteria o país como um produtor de *commodities*, como paraíso financeiro para lavagem de ativos do narcotráfico e do contrabando, como o maior produtor e exportador de mercadorias adulteradas e falsificadas no continente, com baixos impostos às empresas (apenas de 1%), com as desnacionalizações, com a superexploração da classe operária e com quase nenhum direito trabalhista, etc.

Está aí por que os dois principais candidatos expressaram o continuísmo do “modelo econômico” imposto a sangue e fogo pela brutal e sanguinária ditadura de Alfredo Stroessner. Os Colorados manejam as alavancas estatais há mais de 70 anos. Abdo Benítez é filho do secretário de Stroessner e possui uma enorme fortuna obtida sob a ditadura.

Esse controle das alavancas do Estado foi contestado em 2008, quando os colorados perderam a presidência para Lugo. Seu ascenso ao comando do Estado refletiu as tendências que

ganham expressão popular em toda América Latina. As lutas das massas contra os ajustes e medidas antinacionais e antipopulares do governo “colorado” de Nicanor Duarte expressaram a luta das massas exploradas e oprimidas contra os governos burgueses pró-imperialistas do continente. Os governos pró-imperialistas da Venezuela, Argentina, Brasil, Bolívia e Equador caíram. E os nacional-reformistas Hugo Chávez, Nestor Kirchner, Evo Morales, Lula e Rafael Correia se elevavam.

Lugo é a expressão, no Paraguai, desse ciclo político, que projetou a política de conciliação de classes no seio do Estado burguês. Mas, dada a particular estruturação histórica da democracia oligárquica no país, o ex-padre seria obrigado a se aliar a uma das frações da oligarquia. Foi necessário o apoio do aparato eleitoral da ANR para que Lugo chegasse ao poder. Os liberais, assim, conseguiram, finalmente, romper o “monopólio colorado” sobre o Estado.

Com a crise de 2008, a conjuntural aliança se decompôs. Lugo passou a ser alvo de uma campanha golpista de seus aliados, que passaram a conspirar abertamente com os “colorados”. Sua derrocada por um golpe de Estado indicou, assim, uma virada na política burguesa. A conjuntura econômica mundial exigia um governo capaz de desfechar uma brutal ofensiva contra a vida das massas.

As eleições que colocam Martínez na presidência são o resultado desse percurso. De forma que a subserviência de Lugo às eleições brutalmente condicionadas pelo golpismo expressa o caráter fisiológico e a impotência do nacional-reformismo.

As eleições passaram, porém, as massas continuarão a ser atacadas. Terão de se organizar desde já para travar uma dura luta em defesa de suas condições de vida e seus direitos. Terão de combater os ajustes e medidas antinacionais e antipopulares com os métodos da luta de classes. É nessas condições que se processará a experiência das massas com a falência do nacional-reformismo e se colocará a necessidade superar a crise de direção revolucionária, avançando a construção do partido marxista-leninista-trotskista. É fundamental a constituição de um núcleo programático vinculado ao Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.



Viva os 200 anos de Marx

Transcrevemos abaixo a primeira parte do folheto de Lênin, dedicado a uma exposição da biografia de Marx e do seu sistema de ideias do socialismo científico. O POR reivindica integralmente o marxismo-leninismo-trotskismo. Ao recordar a data de seu nascimento, em 5 de maio de 1818, aproveitamos para convocar a classe operária, os demais explorados e a juventude a construir o partido da revolução proletária.

Karl Marx

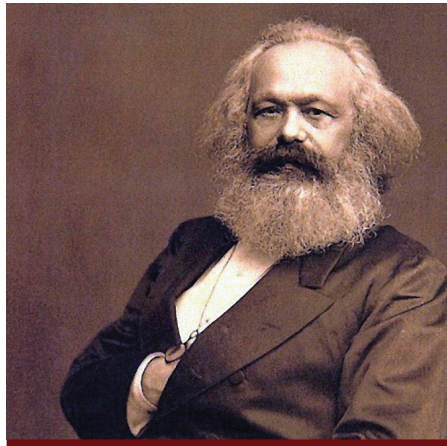
Breve esboço biográfico

Lênin

Karl Marx nasceu em 5 de maio de 1818, em Treves (Prússia Renana). Seu pai, advogado judeu, converteu-se, em 1824, ao protestantismo. Sua família, abastada e culta, não era revolucionária. Depois de terminar, em Treves, seus estudos, no ginásio, Marx entrou para a Universidade de Bonn e depois em Berlim, onde estudou direito e, sobretudo, história e filosofia. Em 1841, concluiu seus estudos, apresentando uma tese sobre a filosofia de Epicuro. Naquele momento, Marx era ainda um idealista hegeliano por suas concepções. Fez parte, em Berlim, do círculo dos “hegelianos de esquerda” (Bruno Bauer e outros), que procuravam extrair da filosofia de Hegel conclusões ateias e revolucionárias.

Concluídos seus estudos universitários, Marx fixou-se em Bonn, com o objetivo de se tornar professor. No entanto, a política reacionária do governo, que, em 1832, afastara Ludwig Feuerbach de sua cátedra, e que, em 1836, recusava o seu retorno à Universidade, e ainda, em 1841, proibia ao jovem professor Bruno Bauer realizar conferências em Bonn, obrigou Marx a renunciar à carreira docente. Nessa época, o desenvolvimento das ideias hegelianas de esquerda progredia muito rapidamente na Alemanha. Particularmente, a partir de 1836, começou Ludwig Feuerbach a criticar a teologia e a se orientar para o materialismo que, em 1841, já aceitava inteiramente, como se verifica em “A essência do cristianismo”; em 1843, eram publicados os seus “Princípios da Filosofia do Futuro”. “É preciso ter vivido a influência libertadora” desses livros, escrevia Engels, anos mais tarde, referindo-se a essas obras de Feuerbach. “Nós (isto é, os hegelianos de esquerda, entre eles Marx), imediatamente nos tornamos partidários de Feuerbach”. Desde então, alguns burgueses radicais da Renânia, que tinham certos pontos de contato com os hegelianos de esquerda, fundaram, em Colônia, um jornal de oposição, a Gazeta Renana (cujo primeiro número saiu em 1º de janeiro de 1842). Marx e Bruno Bauer foram os seus principais colaboradores e, em outubro de 1842, Marx tornou-se o seu redator-chefe, mudando-se então de Bonn para Colônia.

Sob a direção de Marx, a tendência democrático-revolucionária do jornal acentuou-se cada vez mais e, consequentemente, o governo submeteu o jornal a uma dupla e mesmo tripla censura, chegando a ordenar a sua suspensão definitiva a partir de 1º de janeiro de 1843. Marx viu-se, então, obrigado a abandonar a redação, porém, isso não foi suficiente para salvar o jornal, que deixou de ser publicando em março de 1843. Entre os artigos mais importantes



A I Internacional tinha cumprido sua missão histórica e cedia lugar a uma época de desenvolvimento incomparavelmente maior do movimento operário em todos os países: época de seu desenvolvimento em extensão, com a formação de partidos operários socialistas de massa, em diversos Estados Nacionais.

publicados por Marx na Gazeta Renana, Engels menciona um que se refere à situação dos camponeses viticultores do vale de Mosela. O trabalho jornalístico mostrou a Marx que seus conhecimentos de economia política eram insuficientes, levando-o a estudá-la com ardor.

Em 1843, Marx se casou, em Kreuznach, com Jenny von Westphalen, amiga de infância, com a qual tinha se comprometido desde que era estudante. Sua esposa pertencia a uma família aristocrática e reacionária da Prússia. O irmão mais velho de Jenny foi Ministro do Interior da Prússia, em uma das épocas mais reacionárias, de 1850 a 1858. No outono de 1843, Marx foi a Paris para editar uma revista de tendência radical, ao lado de Arnold Ruge (1802-1880), hegeliano de esquerda, encarcerado de 1825 a 1830, emigrado depois de 1848 e partidário de Bismarck de 1866 a 1870. Mas apareceu somente o primeiro número desta revista intitulada “Os Anais Franco-Alemaes”. Foi suspensa, devido às dificuldades de sua divulgação clandestina na Alemanha e às divergências com Ruge. Os artigos de Marx, nessa revista, o mostram já como o revolucionário que apregoa “a crítica implacável de tudo o que existe” e, em particular “a crítica das armas” e que as transformações cabem às massas e ao proletariado.

Em setembro de 1844, Engels veio a Paris por alguns dias e tornou-se o amigo mais íntimo de Marx. Ambos fizeram parte ativa na vida agitada dos grupos revolucionários de Paris (especial importância tinha, nesse momento, a doutrina de Proudhon, a qual Marx fez em pedaços, categoricamente, na “Miséria da Filosofia”, 1847). E, numa luta cerrada contra as diversas doutrinas do socialismo pequeno-burguês, Marx e Engels elaboraram a teoria e a tática do socialismo proletário revolucionário, ou o comunismo (marxismo). Em 1845, por exigência do governo prussiano, Marx foi expulso de Paris como revolucionário perigoso. Seguiu para Bruxelas. Na primavera de 1847, Marx e Engels filiaram-se a uma sociedade secreta de propaganda, a Liga dos Comunistas, e tomaram parte preponderante no 2º Congresso (novembro de 1847, em Londres). A pedido do Congresso, redigiram o famoso “Manifesto do Partido Comunista”, publicado em fevereiro de 1848. Nessa obra, expõe, com clareza e precisão geniais, a nova concepção do mundo, o materialismo consequente, aplicado também no campo da vida social; a dialética, como a doutrina mais completa e profunda acerca do desenvolvimento; a teoria da luta de classes e do papel revolucionário, histórico, mundial, do proletariado, criador

de uma sociedade nova, a sociedade comunista.

Deflagrada a revolução de fevereiro de 1848, Marx foi expulso da Bélgica. Mudou-se, novamente, a Paris, de onde saiu depois da revolução de março, para voltar à Alemanha e se fixar em Colônia. Nessa cidade, publicou-se de 1º de junho de 1848 a 19 de maio de 1849 a Nova Gazeta Renana, da qual foi redator-chefe. O curso dos acontecimentos revolucionários de 1848-1849 foi uma brilhante confirmação da nova teoria, da mesma maneira que os posteriores movimentos proletários e democráticos em todos os países do mundo. A contrarrevolução vitoriosa vingou-se de Marx, tendo sido detido em 9 de fevereiro de 1849 e expulso, em 16 de maio do mesmo ano, da Alemanha. O mesmo aconteceu em Paris, de onde foi igualmente expulso, depois da manifestação de 13 de junho de 1849. Partiu então para Londres, onde viveu até o fim de seus dias.

As condições de vida no exílio eram extremamente penosas, como o revela, com uma clareza particular, a correspondência entre Marx e Engels, editada em 1913. Marx e sua família viviam literalmente esmagados pela miséria; sem o apoio constante e devotado de Engels, Marx não teria podido completar “O Capital”, e ainda teria sucumbido à miséria. Sem dúvida, as doutrinas e as correntes predominantes do socialismo pequeno-burguês, do socialismo não proletário em geral, obrigavam Marx a manter uma luta implacável, incessante, que chegava às vezes aos ataques (Senhor Vogt) pessoais, mais furiosos e selvagens. Mantendo-se à margem dos círculos de emigrados, Marx elaborou, numa série de trabalhos históricos, sua teoria materialista, aplicada sobretudo à economia política. Com suas obras “Contribuição à Crítica da Economia Política” (1859) e “O Capital” (tomo 1, 1867), revolucionou essa ciência.

A reanimação dos movimentos democráticos, do fim da década 1850-1860, levou Marx, novamente, à atividade prática. Em 28 de setembro de 1864, fundou-se, em Londres, a Primeira Internacional, a “Associação Internacional dos Trabalhadores”. Marx foi sua alma, e, igualmente, o autor de seu primeiro chamado e de um grande número de resoluções, declarações e manifestos. Agrupando o movimento operário de diversos países, procurando orientar, pela via comum da atividade, as diferentes formas do socialismo não proletário, pré-marxista (Mazzini, Proudhon, Bakunine, o trade-unionismo liberal inglês, as oscilações para a direita dos lassallianos, na Alemanha, etc.), combatendo as teorias

de todas as seitas e escolas, Marx forjou uma tática única para a luta proletária da classe operária nos diferentes países. Depois da queda da Comuna de Paris (1871), da qual Marx fez, na obra “A Guerra Civil na França” (1871), uma profunda, certa, brilhante, eficaz e revolucionária análise. A divisão da Internacional, pelos bakuninistas, tornou impossível sua existência na Europa. Depois do Congresso de 1872, em Haia, Marx conseguiu a transferência do Conselho Geral para Nova York. A I Internacional tinha cumprido sua missão histórica e cedia lugar a uma época de desenvolvimento incomparavelmente maior do movimento operário em todos os países: época de seu desenvolvimento em extensão, com a formação de partidos operários socialistas de massa, em diversos Estados Nacionais.

O intenso trabalho na Internacional e suas atividades teóricas, ainda mais intensas, minaram definitivamente a saúde de Marx. Continuou trabalhando na reelaboração da economia política e no término do “O Capital”, acumulando num volume quantidade imensa de documentos novos e estudando várias línguas (entre elas, o russo). Mas a enfermidade o impediu de concluir essa obra.

Em 2 de dezembro de 1881, faleceu sua esposa. Em 14 de março de 1883, morreu placidamente em sua poltrona. Foi enterrado, junto à sua mulher, em um cemitério londrinense de Highgate. Vários filhos de Marx morreram na infância, em Londres, quando a família sofreu duras necessidades. Três filhas se casaram com socialistas da Inglaterra e França: Eleonora Eveling, Laura Lafargue e Jenny Longuet. Um dos filhos de Jenny se tornou membro do partido socialista francês.

O marxismo é um sistema de ideias e concepções de Marx. Marx continuou, completou e reuniu, num só corpo de doutrina, genialmente, as três principais correntes ideológicas do século XIX, representadas pelos três países mais avançados da humanidade: a filosofia clássica alemã, a economia política clássica inglesa e o socialismo francês, ligado às doutrinas revolucionárias francesas, em seu conjunto. A admirável coerência e a integridade das concepções de Marx são reconhecidas até mesmo pelos adversários. Constituem, em seu conjunto, o materialismo moderno e o socialismo científico moderno, como teoria e programa do movimento operário de todos os países civilizados.

(Extraído de Obras Completas, Lênin, tomo XXII, página 133)

História do Partido Bolchevique

Capítulo 4: 1917, a revolução proletária - Segunda parte

No Jornal Massas anterior, foi relatada a crise de abril, que estourou diante da posição do governo provisório de continuar a guerra mundial até a “vitória decisiva”. Essa crise culminou com a renúncia de Miliukov e Guchkov, em 2 de maio. Agora, daremos sequência com a Conferência de Abril.

A Conferência de Abril

Entre 24 e 29 de abril de 1917, realizou-se a VII CONFERÊNCIA DE TODA RÚSSIA, com um delegado para cada 500 filiados. Participaram 131 delegados com voz e voto e 18 com voz, mas sem voto, representando 78 organizações do partido.

A posição de Kamenev foi derrotada, mas Lênin também foi derrotado quanto à participação na III Conferência de Zimmerwald ⁽¹⁾, atrasando a construção da III Internacional.

Foi aprovada a resolução de Lênin sobre a guerra: “essa guerra pode ser encerrada com uma paz democrática somente se todo o poder do Estado passar, ao menos em vários países beligerantes, à classe dos proletários e semiproletários, que é realmente capaz de colocar fim

ao domínio opressor do capital”.

Foi aprovada a resolução sobre a atitude perante o governo provisório, o qual “pelo seu caráter de classe, é o órgão de dominação dos latifundiários e da burguesia... ligados econômica e politicamente, por vínculos indissolúveis, ao imperialismo russo e anglo-francês ... incapaz de adotar uma série de medidas econômicas revolucionárias que são, absoluta e urgentemente, necessárias devido à iminente catástrofe econômica” e resolve “realizar um amplo trabalho para desenvolver a consciência de classe proletária e para unir os proletários da cidade e do campo contra as vacilações da pequena burguesia ... aumentar o número destes no soviets, consolidando o seu poder e unificando

nos sovietes os grupos proletários internacionalista do nosso partido ... nas localidades ... intensificar em todos os sentidos suas atividades independentes, orientadas a efetivar as liberdades, a destruir as forças contrarrevolucionárias, pôr em prática medidas econômicas, como o controle da produção e da distribuição ... é necessário organizar e armar ao proletariado”.

Em relação ao programa, Lênin informou que era necessário “revisar todo o programa, pois estava envelhecido”, mas não existia a possibilidade de discutir a questão nessa Conferência, razão pela qual se resolveu considerar necessária a revisão do programa do partido com a orientação de Lênin:

“1) avaliação do imperialismo e da época das guerras imperialistas em relação à revolução socialista que se aproxima ... 2) emendar as teses e parágrafos que tratam do Estado. Exigência de uma república democrática proletário-camponesa (isto é, um tipo de Estado sem polícia, sem exército regular e sem uma burocracia privilegiada), não uma república parlamentar-burguesa ... 3) mudança em vários pontos do programa mínimo, para indicar com maior precisão as principais reivindicações democráticas ... 4) modificação do programa agrário, de acordo com a resolução adotada sobre o problema Agrário (expropriação e nacionalização da terra); 5) inclusão da reivindicação de nacionalizar uma série de consórcios, etc., que estão preparados para essa mudança ... 6) acrescentar uma análise das tendências fundamentais do socialismo contemporâneo ... A Conferência chama todas as organizações e todos os membros do partido a considerar os projetos de programa, corrigi-los e elaborar emendas e propostas”.

Com a resolução sobre o problema agrário, liquidou-se, finalmente, o “velho” programa de “municipalização da terra”, herdado da maioria menchevique de anos atrás. Caracterizou-se que a “existência da propriedade latifundiária é, na Rússia, a base material do poder dos latifundiários feudais e uma garantia da possível restauração da monarquia ... a nacionalização da terra, que representa a abolição da propriedade privada da terra, desfecharia, de fato, um golpe tão poderoso na propriedade privada de todos os meios de produção em geral, de forma que o partido do proletariado deve facilitar essa reforma por todos os meios possíveis” e resolveu “lutar com todas as forças pela imediata e total expropriação de todas as terras dos latifundiários na Rússia ... a entrega de todas as terras ao campesinato, organizados em sovietes ... Exigir a nacionalização de toda a terra... que significa a passagem do direito da propriedade de toda a terra ao Estado ... orientar os camponeses a tomarem posse da terra de modo organizado ... iniciar imediatamente e em todo lugar a organização separada e independente do proletariado agrícola sob a forma de sovietes de deputados operários agrícolas e sob a forma de grupos ou frações proletárias dentro dos sovietes de deputados camponeses... transformar toda a propriedade latifundiária numa fazenda modelo suficientemente grande para ser administrada pela coletividade, pelos sovietes ... sob a orientação de peritos agrônomos e empregando as melhores técnicas”.

A resolução sobre o problema nacional expressou que “se deve reconhecer o direito de separar-se livremente e de constituir Estados independentes a todas as nacionalidades que constituem a Rússia. Negar-lhes esse direito ou não adotar as medidas que garantam sua realização prática, equivale apoiar a política de conquistas ou anexações. O reconhecimento pelo proletariado do direito das Nações à separação é o único caminho que pode garantir a plena solidariedade dos operários

das distintas nacionalidades e permitir uma aproximação verdadeiramente democrática entre as nações ... O direito das nacionalidades de se separar livremente não deve se confundir com a conveniência da separação de uma nação determinada num momento determinado ... o partido do proletariado rejeita categoricamente o que se conhece como ‘autonomia nacional cultural’ ... que divide artificialmente os operários que vivem na mesma localidade e até os que trabalham na mesma empresa industrial, de acordo com suas diferentes ‘culturas nacionais’, em outras palavras, reforça os laços entre os operários e a cultura burguesa de cada nação, enquanto o objetivo da socialdemocracia é o de

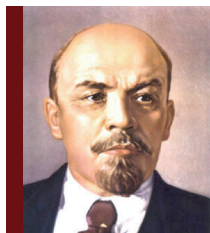
A resolução sobre o problema nacional expressou que “se deve reconhecer o direito de separar-se livremente e de constituir Estados independentes a todas as nacionalidades que constituem a Rússia. Negar-lhes esse direito ou não adotar as medidas que garantam sua realização prática, equivale apoiar a política de conquistas ou anexações.”

desenvolver a cultura internacional do proletariado mundial. O partido exige que se inclua na Constituição uma lei fundamental que anule todos os privilégios de quaisquer uma das Nações e todas as violações dos direitos das minorias nacionais. Os interesses da classe operária exigem que os operários de todas as nacionalidades da Rússia tenham organizações proletárias únicas, tanto político como sindicais”.

Continuaremos no próximo Jornal Massas

(1) III Conferência de Zimmerwald, realizada entre 5 e 12 de setembro de 1917– Para Lênin, a II Internacional estava completamente adaptada à política de guerra do imperialismo. Por sua vez, a sua esquerda que se organizou na I e II Conferência de Zimmerwald (3 a 8 de setembro de 1915 e 24 a 30 de abril de 1916) foi incapaz de romper com o socialchauvinismo. A III Conferência, portanto, coroava a capitulação dessa fração da II Internacional. No início de abril de 1917, Lênin escreveu “As tarefas do proletariado em nossa revolução”. Era chegada a hora de construir a III Internacional. A esquerda de Zimmerwald se constituiu como uma corrente centrista. Em seu balanço sobre a situação da II Internacional, Lênin caracterizou os centristas como “cultuadores da rotina, corroído pela úlcera da legalidade, corrompidos pela atmosfera parlamentar e burocratas acostumados a cômodos cargos e a trabalhos leves”. Portanto, a III Conferência de Zimmerwald estava completamente em contradição com o período de guerra e revoluções. Nas palavras de Lênin “A primeira guerra mundial imperialista iniciou a era da revolução social”. Assim, Lênin propunha “romper imediatamente com a II Internacional”. Taticamente, propunha “permanecer em Zimmerwald somente para fins de informação”. E concluiu “Nosso partido não deve esperar, mas fundar imediatamente uma III Internacional”. Permanecer com os centristas de Zimmerwald, significava “postergar a criação da III Internacional”. Lênin foi derrotado nesta questão, porém, foi derrota puramente formal. Imediatamente, o desenvolvimento da crise revolucionária lhe deu razão. (Observação – nota realizada pelo POR-Brasil).

Extraído do Jornal Massas, nº 335, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina



APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DO PARTIDO BOLCHEVIQUE

No Jornal Massas anterior, expusemos as decisões do III Congresso do POSDR e concluímos dizendo que os acontecimentos de

1905, com o Domingo Sangrento, a rebelião dos explorados e a criação dos soviets (conselhos operários), se encarregaram de dar inteira razão aos bolcheviques e, portanto, elevar o III Congresso a um ponto alto da história do partido revolucionário.

Em junho de 1905, o levante das massas ganhou proporção insurrecional. Lênin analisou as mudanças que rapidamente ocorreram com a insurreição em Odesa e a adesão dos marinheiros do Encouraçado Potenkin à revolução. O que comprovava as teses do III Congresso. Em um artigo publicado no Proletari, de 10 de julho, assinalou que, pela primeira vez, os revolucionários se viram diante de um movimento que tomava a forma de guerra civil. E, também, pela primeira vez, se colocava concretamente a derrubada da monarquia e a constituição de um governo revolucionário. De maneira que o III Congresso dos bolcheviques emergia do fundo da tormenta que assim colocava as tarefas da revolução democrática e do desenvolvimento do objetivo histórico do proletariado, que era alcançar o socialismo.

A ruptura na marinha e a disposição de soldados combaterem ao lado das massas modificavam de tal sorte a situação que colocava para os bolcheviques a tarefa de ajudar os explorados em luta a organizarem o exército revolucionário e, portanto, combater por um governo revolucionário. Estava posta uma ação voltada a aproveitar a revolta dos marinheiros e mesmo entre as tropas para organizar o exército revolucionário e estabelecer uma direção militar à insurreição.

Lênin orientou o partido a intervir com a seguinte linha: “Nossa tarefa é, agora, estimular com todas nossas forças essas tentativas, explicar às grandes massas proletárias e camponesas o que significa um exército revolucionário na luta pela liberdade de todo o povo, ajudar às unidades desse exército a levantar a bandeira popular, a bandeira da liberdade, capaz de atrair as massas e de unir as forças que esmagarão a autocracia czarista”. Concluía: “O exército revolucionário é imprescindível, porque os grandes problemas históricos somente podem se resolver pela força, e a organização da força é, na luta moderna, a organização militar”.

Lênin, por outro lado, indicava que não se tratava de uma tarefa fácil e não comportava imediatismos. Mostrava a importância do “trabalho paciente, lento e mesmo imperceptível de educação política, que desenvolveu e sempre desenvolverá a socialdemocracia”.

Na luta política que se travava contra os adversários dessa posição, merece ainda transcrever a seguinte explicação de que o marxismo “nunca considerou a guerra, e tampouco a considera agora, de um ponto de vista sentimental. Condena sem reservas as guer-

ras como meio bestial para resolver os conflitos da humanidade, sabe que as guerras serão inevitáveis enquanto a sociedade estiver dividida em classes, enquanto exista a exploração do homem pelo homem. Mas para acabar com essa exploração não é possível prescindir da guerra, que desencadeia sempre em todo lugar as classes exploradoras, dominantes e opressoras”.

O III Congresso havia estabelecido as linhas gerais para as condições da insurreição e os principais pontos programáticos. Havia, portanto, de passar à prática.

Dezesseis dias depois da publicação do artigo aqui comentado, Lênin retomou à cisão com os mencheviques no artigo “A revolução ensina” (Proletari, 26 de julho). Diz: “Não há melhor crítica de uma doutrina equivocada que o curso dos acontecimentos revolucionários”. Referia-se o erro dos mencheviques de não reconhecer a situação madura para a insurreição e a tarefa prática de sua preparação.

É necessário verificar o mais detalhado possível as decisões táticas adotadas, à luz dos novos acontecimentos políticos. Tal verificação é necessária tanto teórica como praticamente: teoricamente, para comprovar se, nos fatos, as decisões tomadas foram justas, e que correções são necessariamente colocadas pelos acontecimentos políticos ocorridos depois que foram tomadas; praticamente, para aprender a nos guiar de maneira acertada por essas decisões, para aprender a considerá-las como diretrizes que devem ser postas em prática de imediato”.

É exemplar a seguinte consideração sobre o método de condução da divergência. “As divergências internas aos partidos políticos e entre eles se resolvem, habitualmente, não só com a polêmica em torno aos princípios, mas também no curso próprio da vida política, para ser mais preciso, não tanto pela primeira como pela última. Em particular, as divergências relativas à tática do partido, ou seja, à sua atividade política, acabam, frequentemente, fazendo com que aqueles que raciocinavam erroneamente se arrastassem atrás do justo caminho da luta, sob a ascendência dos ensinamentos da vida, sob a pressão dos acontecimentos, que obrigam a seguir o justo caminho, que, sensivelmente, fazem com que aqueles que tiveram os raciocínios equivocados ficassem sem base nem conteúdo, caducos e vazios de interesse. Isso não significa, certamente, que as divergências de princípio sobre questões táticas não tenham séria importância e não exijam esclarecimentos de princípio, única forma de manter o partido à altura de suas convicções teóricas. Não! Isso somente significa que é necessário verificar o mais detalhado possível as decisões táticas adotadas, à luz dos novos acontecimentos políticos. Tal verificação é necessária tanto teórica como praticamente: teoricamente, para comprovar se, nos fatos, as decisões tomadas foram justas, e que correções são necessariamente colocadas pelos acontecimentos políticos ocorridos depois que foram tomadas; praticamente, para aprender a nos guiar de maneira acertada por essas decisões, para aprender a considerá-las como diretrizes que devem ser postas em prática de imediato”.

Esse ensinamento extraído das divergências, da cisão, da negação do III Congresso pelos mencheviques, do movimento revolucionário de 1905 e da intervenção prática é de importância capital para o trabalho de construir o partido leninista. Sua vigência está na relação direta com a formulação do programa e das respostas ditadas pela luta de classes.